

«... NESTES TEMPOS DIFICEIS NENHUM DOS BENS QUE USUFRUIMOS ESTA SEGURO, SE NOS MESMOS NAO QUI-SERMOS CONTRIBUIR PARA A SUA SEGURANCA.»

DEPÓSITO LEGAL

# O SECULO

O jornal de maior circulação em Portugal  
AGOSTO 6 SABADO 1966

DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR

ENDERECO TELEGRAFICO «SECULO»  
TELEF. — P. B. X. 362751 a 362755  
Sucursal do Roseto — Telef. 362759

Director — Guilherme Pereira da Rosa

REDACCAO, ADMINISTRACAO E OFFINAS  
RUA DO «SECULO», 41 A 63 — LISBOA-2  
PRECO AVULSO — 1 ESC.

João Pereira da Rosa — Presente!

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA ANO 86.º — N.º 80265 EDITOR — ANTONIO MARIA LOPES

## Número Extraordinário Comemorativo do Ano XL da Revolução Nacional



1926



1966

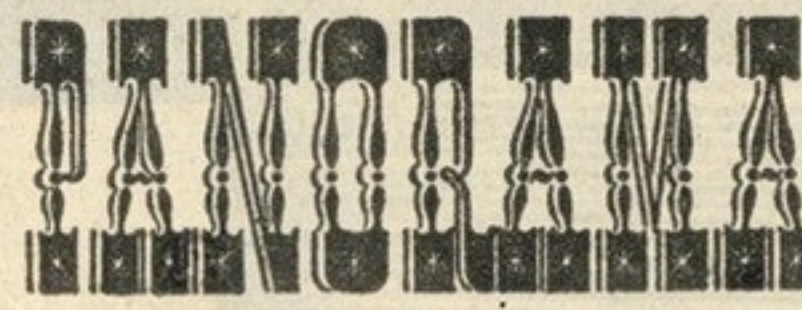
ALMIRANTE AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS



# UM QUARTO DE SÉCULO DE EXISTÊNCIA AO SERVIÇO DA CULTURA PORTUGUESA

## A REVISTA «PANORAMA» É UMA REALIZAÇÃO DO S. N. I. QUE PRESTIGIA AS ARTES GRÁFICAS NACIONAIS



**A RELEVANTÍSSIMA ACCÇÃO EDITORIAL EXERCIDA DESDE 1958 A MARGEM DA REVISTA «PANORAMA»**

Não ficaria completa, também, esta notícia de efemérides comemorativa dos 25 anos de publicação da revista «Panorama», se não fosse mencionada a fecunda e relevante actividade editorial que, desde 1958, vem a ser exercida à margem da sua regular publicação.

Foi ela iniciada, naquele ano, com o lançamento da Coleção Panorama — desdobrada nas séries «Revelação», «Teatro», «Antologia» e «Ensaio». No conjunto, e até agora setenta obras editadas, de autores novos ou consagrados — sendo de assinalar o facto de muitos dos livros incluídos na colecção se terem esgotado rapidamente, alcançando um êxito para o qual a publicidade postea terá contribuído a que foi bem escassa, a acção publicitária desenvolvida à volta do aparecimento de quaisquer dessas obras.

Entre os autores editados, no campo da ficção, poesia e teatro, figuram revelações que trabalhos posteriores vieram confirmar, de modo pleno como Norberto Avela, João Afonso, Jorge Sampaio, Maria Irene Dionísio, Mário César Ferreira, Jorge de Figueiras, Rodrigo de Melo Filho, Maria de Lurdes Horta, Emanuel Félix e outros. No ensaio e também na ficção, assinaram edições desta colecção Alvaro Cabral, Bastos Xavier, Amândio César, Manuel de Boaventura, Salés Pass, Duarte de Montalegre, Fernando Guedes, António José de Brito, Fernando Castro Pires de Lima, Campos de Figueiredo, Francisco Ventura e Tomé Vieira — enquanto alguns temas de história se encontram tratados em livros de Vitorino Nemésio e A. Silva Rego. Significativo, ainda, o conjunto de volumes de Antologia — dedicados a Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Almeida Garrett, António Saldanha, Aires de Ornelas, Raul Brandão, Fernando Pessoa, Miguel Souto Mayor, Afonso Lopes Vieira, Maria Amália Vaz de Carvalho, Jaime Magalhães Lima, António Ferro, Moniz Barreto (para só citar algumas), seleccionadas e anotadas por Rodrigues Cavalheiro, Domingos Mascarenhas, João de Castro Osório, Costa Garcez, Luis Forjaz Trigueiros, Eduardo Freitas da Costa, João Amiel, Teresa Leitão de Barros, Carlos Lobo de Oliveira, António Quadros e Manuel Seabra.

O alargamento de tão importante acção editorial (com a transformação da Coleção Panorama nas Edições Panorama) permitiu ampliar a novos campos aquela actividade do S. N. I. sendo dezasseis os títulos já publicados — abrangendo obras de Marcelino Caetano, Adriano Moreira, Manuel Lopes de Almeida, João A. Dias Rosa, Vasco da Cunha de Eça, Moreira das Neves, Francisco Lourenço Valadão, Frederico Alves, Jorge de Sampaio e Nuno de Miranda, além das Histórias Breves, de Caetano Beirão e João Amiel, de que foram editadas versões em francês e inglês (procedimento adoptado em relação a outras obras cuja divulgação no estrangeiro foi reconhecida como conveniente), e da obra de Frei Maur de Cocheril «Cister em Portugal». Para breve, prepara-se a nova edição de Isabel de Aragão — Rainha Santa, de Vitorino Nemésio.

é uma palavra que o génio criador dos gregos inventou e todas as línguas europeias perflharam, com a mesma ortografia e quasi com a mesma pronúncia. Como, talvez, nenhuma outra sintetizasse, tão bem como ela, nos seus vários sentidos, o que desejávamos que fosse esta revista, resolvemos escolhê-la para título — a pesar de não ignorarmos que durante longos anos, no século passado, um periódico português do mesmo nome entreteve a curiosidade de milhares de leitores, ficando a constituir importante repositório da cultura e dos costumes da época.

Não faltam, hoje, entre nós, publicações onde se exaltem e arquivem os feitos e os documentos do nosso passado glorioso. Não diremos que elas sejam excessivas. Julgamos, no entanto, indispensável a existência doutras, destinadas a projectar no futuro o significado da nossa presença.

É essa a principal finalidade de PANORAMA: ser um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País, e lhe imprime, por isso, fisionomia própria, expressão diferenciada.

Daí, o interesse que nos merecem, a par do pitoresco da nossa paisagem (rural e urbana, continental e ultramarina); a par das produções de arte (cultura e popular), onde perdura ou se renova o génio nacional, todas as manifestações do espírito realizador, da capacidade construtiva, dos recursos vitais da nossa terra — e que são, em síntese, as obras públicas e os produtos industriais.

De tudo isto se alimenta e se engrandece o turismo. Porque o turismo, tal como devemos concebê-lo, é, antes de mais nada, a arte de animar em nós próprios o orgulho de sermos nacionais. E só depois poderá ser — simultânea ou imediatamente — a arte de atrair os estrangeiros. Para servir a primeira, publicar-se-á PANORAMA, mensalmente, em português. Para servir a segunda, é nosso intuito lançar, dentro de algum tempo, uma edição trimestral em língua francesa.

Reprodução do editorial do primeiro número de «Panorama», publicado em Junho de 1941

Em Junho, de 1941, publicou-se o primeiro número da revista «Panorama». Tratava-se de mais uma iniciativa de António Ferro e anunciava-se como revista portuguesa de arte e turismo — edição mensal do então, Secretariado de Propaganda Nacional, organismo criado e impulsionado pelo brilhante jornalista que, no dizer de um seu illustre sucessor e continuador (o sr. dr. César Moreira Baptista), não foi apenas, na ordem cronológica, o primeiro secretário nacional, mas o homem de prodigiosa imaginação e expolnosa acção que, durante dezasseis anos, presidiu aos destinos da casa que, anos volvidos, ainda muito contém da sua inconfundível capacidade criadora.

Entre outros objectivos, um lhe era assinalado, em especial: ser um lugar onde possa evocar-se o que há de mais vivo e característico no País, e lhe imprime, por isso, fisionomia própria, expressão diferenciada. Sem qualquer espécie de sectarismo (aspecto que viria a tornar-se uma das suas constantes, ao longo do quarto de século desde então), francamente as suas páginas as intencional de todas as correntes ou matizes (escritores, poetas, jornalistas, artistas plásticos), «Panorama» pretendia realizar aquela finalidade — aliando a uma apresentação gráfica inovadora, em que a sobriedade e a modernidade se davam as mãos, convertendo a revista num autêntico clássico das artes gráficas do período que media entre o seu aparecimento, em plena guerra, e o momento actual.

Ao confiar a Carlos Queirós a direcção literária da publicação, e a Bernardo Marques a direcção gráfica, António Ferro assegurava-se da alta qualidade que, num e no outro campo, viria a ser a de «Panorama». No primeiro número (32 páginas de texto, e mais 24 de publicidade e informação turística, além das capas — excelente papel e o preço de dois escudos e meio...), colaboravam, entre outros, José Osório de Oliveira, Luis Teixeira, Almada Negreiros, Luis Reis Santos, Augusto Pinto, Castro Soromenho e Rui Casanova, na parte literária — e Carlos Botelho, Olavo e Roberto de Araújo, na ilustração; Mário Novaes, Roger Kahn, César de Sá e Horácio Novaes, na fotografia.

Verdadeiramente, nomes do escalão de intelectualidade e das artes, e que viriam a juntar-se, número após número e até hoje — Vitorino Nemésio, Aquilino Ribeiro, Reinoldo dos Santos, Diogo de Macedo, Virgílio Correia, Orlando Ribeiro, Matos Sequeira, Augusto Casimiro, Raul Lino, Armando Leça, Luis Chaves, Cabral do Nascimento, Luis Norton, Rodrigues Cavalheiro, Marinho da Silva, Jaime Inso, Mário Tavares, Chieffo, Manuel da Fonseca, Dordio Gomes, Miguel de Oliveira, Jorge Segurado, Augusto Cunha, Cottinelli Telmo, Suzanne Chantal, António Pedro, António Duarte, Silva Tavares, Consiglieri Sá Pereira, Moreira das Neves, Armando Vieira Pinto, A. Batalha Reis, Leitão de Barros, Barata Feio, Domingos de Mascarenhas, Jaime Lopes Dias, Meriçca de Lemos, João França, Gastão de Bettencourt, Luis Forjaz Trigueiros, João Villaret, Adolfo Simões Müller, Moura e Sá, Cardoso Marta, Augusto de Castro, António Lopes Ribeiro, Maria de Carvalho, Fernando de Castro, Armando Lucena, Manuel Ribeiro de Pavia, Marcelino Caetano,

Martinho Nobre de Melo, Nuno Simões, João Couto, Luis Quartim Graça, Marie-Antoinette LeVêque Freitas Branco, Jorge Barradas, A. Magalhães Basto, Oliveira Boleo, António Correia de Oliveira, Armando Cortes-Rodrigues, Francisco Laje, Caetano Beirão, Tom. Hernâni Cidade, Jorge de Faria, Eduardo Brásio, Natércia Freire, David Mourão Ferreira, Raul Machado, Raquel Bastos, Rui Cinatti, Rodrigo de Melo, José Augusto, António Cruz, Maria da Graça Azambuja, Tomás de Figueiredo, António Quadros, Fernando Garcia, Moraes Cabral, Alexandre Lobato, Adolfo Cabral, Fernando Pinto Loureiro, A. Cayolla Zagalo, Manuel Rodrigues, Odette Saint-Maurice, Francisco Ventura, Damilão Peres, Varela Aldemira, Magnus Bergstrom, João Amiel, Carlos Selvagem, Pedro Homem de Melo, Tito Lívio Ferreira, Armando Gusmão, F. P. de Almeida Langhans, Gustavo Cordeiro Ramos, Francisco Tenreiro, Costa Ramalho, Fernando Castro Pires de Lima, A. Silva Rego, Adriano Moreira, Américo Cortês Pinto, Agustina Bessa Luís, José Blanc de Portugal, Campos de Figueiredo, Ester de Lemos, Mário Sampaio Ribeiro, Florido de Vasconcelos, Joly Braga Santos, L. Oliveira Guimarães, Tomás Ribas, Cândido Costa Pinto — e muitos mais. Quantos deles já desapareceram, e que deixaram nesse arquivo singular que são as páginas de «Panorama», impercíveis recordações do seu talento.

**TENDO PASSADO, EM 1951, A PUBLICAR-SE TRIMESTRALMENTE, A REVISTA «PANORAMA» EDITOU, ATÉ HOJE, 94 NÚMEROS**

«Panorama» manteve-se com a periodicidade de mensário até 1949, ano em que deu como encerrada a sua primeira série, no decurso da qual foram editados 39 números. Entretanto, o Secretariado de Propaganda Nacional transformara-se, em fins de Fevereiro de 1944, no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, a que, no ano seguinte, seria reunida a Inspeção dos Espectáculos.

A revista, objecto de larga remodelação, reapareceria, em 1951, quando o sr. dr. José Manuel da Costa sucedeu, no cargo de secretário nacional, a António Ferro — nomeado ministro de Portugal na Suíça. Fiel aos objectivos iniciais, «Panorama» passou a ter como director gráfico o arquitecto Júlio Gil, ficando a sua direcção literária e administrativa transitóriamente confiada aos drs. Luis Ribeiro Soares e Jorge Feiner da Costa. Catorze números se publicaram nessa segunda série, que se prolongou até 1955. No ano seguinte, sendo já o sr. dr. Eduardo Brásio o secretário nacional da Informação, nova etapa se iniciava na publicação da revista, sob a direcção literária do dr. Ramiro Valadão, e tendo como director gráfico, o arquitecto Júlio Gil (que hoje ainda ocupa essa função) e administrador o dr. Adelino Peres Rodrigues. Com esta equipa se publicaram os 24 números da terceira série — que, terminada em fins de 1961, logo se continuou, no ano imediato, numa quarta série de que vão publicados já (até Março do corrente ano), 17 números. Completando este breve esboço da história de publicação tão significativa na existência do S. N. I., interessará registrar que o actual secretário nacio-

ESTRELA FARIA

### ESTRELA FARIA E A SUA ARTE

Estrela Faria, em 1941, foi a primeira mulher a ganhar o Prémio Nacional de Escultura. A obra que lhe valeu esse galardão foi a «Estrela», uma escultura em madeira que representa uma mulher a tocar um instrumento. A obra foi exposta no Museu Nacional de Arte Antiga e recebeu o Prémio Nacional de Escultura em 1941.



A escultura «Estrela», de Estrela Faria, é uma obra-prima da escultura portuguesa contemporânea. Foi criada em madeira e representa uma mulher a tocar um instrumento. A obra foi exposta no Museu Nacional de Arte Antiga e recebeu o Prémio Nacional de Escultura em 1941.



Alguns dos volumes incluídos nas «Edições Panorama» — figurando, ao centro, o último número da revista que constitui o núcleo da notável actividade editorial do S. N. I.

O arranjo gráfico — uma constante na alta qualidade da revista «Panorama». Em redução, reproduz-se uma dupla página do número publicado em Março

1926 — 1966

# QUARENTA ANOS DA VIDA NACIONAL

## O SANEAMENTO FINANCEIRO FOI O PONTO DE PARTIDA PARA UMA OBRA EXTRAORDINÁRIA DE FOMENTO ECONÓMICO QUE EQUIPOU A NAÇÃO COM OS MEIOS NECESSÁRIOS À AFIRMAÇÃO DA SUA GRANDEZA E DOS PROPÓSITOS DE GARANTIR ÍNTEGRA A SUA SOBERANIA

**Q**UARENTA ANOS, na vida de uma sociedade, correspondem a um dilatado espaço de tempo — tanto mais significativo quando, em tal período, possam ter-se produzido acontecimentos ou verificados a aceleração de conquistas científicas que, pelo seu alcance, hajam contribuído para transformar a mentalidade, os hábitos e costumes, os processos de relação social, incrementando a ritmo, nunca até então conhecido, o progresso ou a evolução dos povos despertando-os para realidades novas ou determinando a criação de novos tipos de necessidades.

Em contrapartida, que poderão representar, na perspectiva da História, quatro décadas? Pouco, nada — ou muito, consoante a soma de eventos registados no seu decurso, e a projecção que deles resulte nos anos do futuro. A época de Quinhentos, a que ficou ligada a epopeia lusiada das Descobertas e Conquistas, com a transcendência da sua significação verdadeiramente ecuménica, não marca apenas um período da história portuguesa, porque preenche, sem dúvida, autêntica página de ouro da história universal; mas por outro lado os dilatados anos do predomínio espanhol representado pela dinastia filipina, mergulhando em trevas o que viria a ser o insumisso espírito da Pátria Portuguesa — não valem, no seu conjunto, a grandeza, o arrebatamento glorioso, o patriotismo destemido de algumas poucas horas: as daquela manhã cinzenta do primeiro dia de Dezembro de 1640, em que os portugueses puderam reencontrar-se com o seu destino histórico, de povo independente e livre.

Na sua relatividade, portanto, cada acontecimento ou cada espaço de tempo tem ou ganha o relevo que o juízo da História possa vir a conferir-lhe, de acordo com a forma por que ele tenha vindo a projectar-se no futuro — de um povo, de uma nação, da vida dos homens que, dispersos e divididos, povoam o planeta terrestre.

Anos volvidos sobre o 5 de Outubro de 1910 — jornada de entusiasmo generoso, em que o povo português afervorou e expandiu seus sentimentos patrióticos, na busca de caminhos novos que servissem ao engrandecimento de Portugal, no amparo de instituições e métodos renovados que permitissem dinamizar as virtualidades do génio português —, anos volvidos sobre essa data de verdadeira ressonância histórica, era possível a muitos homens responsáveis deste País, e a um grande número de outros que viviam entregues às suas ocupações quotidianas, confundidos na massa anónima da Nação, formular um juízo e encará-lo de uma perspectiva realista que só não era imparcial porque a inspirava o inquieto amor da Pátria, avaliando as consequências extraídas daquele tão esperançoso evento. E, concluindo que a Pátria estava doente, porque às honestas intenções de 1910 se não haviam ajustado, ou não fora possível ajustar, as realidades sociais dos três lustros subsequentes, entenderam de sua estrita obrigação moral e patriótica intervir no que era um já longo e perigoso processo de degeneração política e social que poderia vir a acarretar ao País irremediáveis prejuízos.

Agora, quarenta anos decorridos sobre o 28 de Maio de 1926, é possível, também, ajuizar sem paixão e pesar com frio discernimento tanto as circunstâncias que legitimaram o movimento nacional desencadeado em Braga pelo Exército e secundado pacificamente por muitos milhares de portugueses em todo o País, como os resultados que, sobretudo na ordem material, foi possível alcançar a partir da Ditadura, e que serviram a consolidar, indubitavelmente, o poder do Estado, o progresso de todos os territórios que constituem a Nação e a armadura moral de um País que, atingidos e ultrapassados oito séculos de História, não renuncia a afirmar o direito da sua presença, como povo independente e soberano, num Mundo convulso pela mais espantosa transformação que os olhos e o espírito dos homens puderam alguma vez surpreender.



Manifestações de espontâneo entusiasmo popular rodearam a triunfal marcha de Gomes da Costa — de Braga a Lisboa. Na imagem, um aspecto da recepção oferecida pela população da capital ao iniciador do Movimento de 28 de Maio.

Tal como acontecera em 1910, quando a República herdara do regime anterior uma precária situação financeira, também em 1926 a nova situação criada no País se debatia com herança semelhante, mais agravada ainda do que aquela: as contas públicas respeitantes a 1925, divulgadas no termo do primeiro semestre do ano seguinte, acusavam um «deficit» de 276 mil contos — montante extraordinariamente elevado para o tempo. Mas não era essa a única dificuldade que os promotores do 28 de Maio tinham de enfrentar — já que o seu triunfo sobre o sistema partidário, embora significativo, não podia, por si só, resolver todos os complexos problemas que haviam, afinal, determinado a arrancada de Braga.

Um historiador daquela perturbada época (escritor estrangeiro que é autor de uma obra que ficou a constituir valioso contributo para uma visão dos acontecimentos registados em Portugal desde a queda da monarquia até aos alvares dos anos trinta), pôde escrever: «O Movimento de 28 de Maio tem, pois, uma tarefa concreta a realizar num momento; mas falta-lhe a solução política para o dia do triunfo. A negação em que se apoia a sua força rebelde pressupõe uma interrogativa angustiante na hora da vitória. A instabilidade que se seguirá ao triunfo, a eliminação sucessiva de homens e de governos não será resultante de simples ambições de chefia. Jogarão, é certo, caracteres, ideologias, paixões. Mas, sobretudo, será uma consequência ineludível do significado do movimento, que legitimamente se negará a parecer no vazio da sua negação inicial. A consecução desse desejo, a sobrevivência do 28 de Maio, ganha na História a categoria de prodigiosa.»

Se o general António Oscar Fragoso Carmona pôde constituir-se (a partir de 9 de Julho de 1926, data em que assumiu a presidência do Ministério, sucedendo ao general Gomes da Costa) na figura «chave» do Movimento vitorioso, dando a este um equilíbrio e uma estabilidade que haviam de permitir o encaminhamento das soluções adequadas a cada um dos graves problemas que se punham ao País, um outro homem, ilustre e prestigiado mestre de Finanças da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, viria, menos de dois anos depois, assegurar a Ditadura os meios de resolver, em

primeiro lugar, os aspectos fundamentais do saneamento financeiro, e, depois, o fermento das ideias, o conteúdo doutrinário indispensável à instauração da Revolução Nacional, à institucionalização do Regime nos quadros da República Corporativa.

\* \* \*

No último dia de Julho de 1926, discursando no Quartel do Carmo, no final de uma visita que fizera ali, o general Carmona dava expressão pública, uma vez mais, à preocupação que dominava o seu Governo: «Atravessamos uma situação económica tremenda, com um «deficit» que teremos de eliminar para que, além fronteiras, o Mundo aplauda os nossos propósitos de administração e nos outorgue a confiança de que carecemos». Mas o certo é que, a despeito dos esforços desenvolvidos por uma equipa ministerial constituída de homens de boa vontade, o problema em causa não lograva atingir a resolução desejada. E um ano depois, o general, em declarações prestadas a um diário da capital, reafirmava como único pensamento do Governo — «consagrar todos os seus esforços a uma obra imprecisa e firme de saneamento financeiro e arrecadando escrupulosamente as receitas e suprimindo todas as despesas inúteis, no intuito de conseguir, em bases sólidas, o equilíbrio orçamental». Dias mais tarde, afirmava: «Nós queremos conquistar a confiança do País pelas nossas obras — e sabemos conquistá-la. Todos os nossos desejos são aplacar odios e terminar divisões.»

Eleito, em 12 de Abril de 1928, por sufrágio directo, Presidente da República, o general Fragoso Carmona cometeu ao general José Vicente de Freitas, ministro do Interior do Governo cessante, o encargo de formar o primeiro Ministério constitucional depois do 28 de Maio. Além da chefia do Governo, o general Vicente de Freitas reservou, para si, e com o propósito de a destinar ao sr. prof. António de Oliveira Salazar, a pasta das Finanças.

O mais novo membro do Gabinete, o eng. Duarte Pacheco, ministro da Instrução, foi então investido de uma missão que se previa bem difícil: transmitir ao também jovem catedrático da Universidade de Coimbra o convite para ingressar no Governo, como ministro das Finanças — e demovê-lo a aceitar. Foram três dias árduos, que culminaram com a transigência, condicionada à aceitação de «quatro pontos» que permitiriam ao Ministério das Finanças garantir a execução da política que as circunstâncias impunham, e que no pensamento do sr. prof. Salazar era a única capaz de conduzir ao saneamento económico e financeiro do País:

1. — Que cada Ministério se comprometa a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças.

2. — Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças.

3. — Que o Ministério das Finanças pode opor o seu veto a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;

4. — Que o Ministério das Finanças se comprometa a colaborar com os diferentes Minis-

térios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.

Numa obra em que se rememoram, através de um balanço exaustivo, as realizações das primeiras



Acto memorável, para a história da Revolução e do próprio País, foi o da posse do sr. prof. António de Oliveira Salazar como ministro das Finanças, em 27 de Abril de 1927

três décadas posteriores a 1926, escrevia-se, a propósito: «Eram princípios rígidos. Traduziam um critério de trabalho em comum. Propunham-se regularizar por uma vez a nossa vida financeira e, com ela, a vida económica nacional.

5. — Regulamentação dos pagamentos pela conta dos exercícios anteriores;

6. — Responsabilização (civil e penal) dos chefes de serviço pelos dispêndios feitos por além



O Pacto Peninsular, instrumento diplomático celebrado em 1939 entre Portugal e a Espanha, tem podido demonstrar-se de grande utilidade para os dois países e muito vantajoso para o equilíbrio europeu e atlântico. O sr. prof. Salazar e o generalíssimo Franco o inspiraram e têm mantido a mais absoluta fidelidade ao ideal de aproximação e amizade luso-espanhola

O Ministério das Finanças ia operar silenciosamente — uma tarefa administrativa predominante. Saber o que tinhamos. Avaliar possibilidades. Medir o alcance dos recursos com que era possível contar.

O Governo aceitou a proposta — e o novo ministro tomou conta do seu espinhoso cargo no dia 27 de Abril.

\* \* \*

Ao assumir as suas responsabilidades no Governo, o sr. prof. Oliveira Salazar declarou: «Sei muito bem o que quero e para onde vou; mas que se me não exija que chegue ao fim em poucos meses. Que o País discuta, que o País represente; mas que o País obedea quando chegar a altura de mandar.»

Duas semanas, apenas, após a sua posse, publicava-se o diploma que, verdadeiramente constituía o primeiro passo da longa e esforçada tarefa a que o ilustre homem público decidira consagrar-se. Tratava-se do Decreto n.º 15 465 de 14 de Maio de 1928, que pode resumir-se desta forma:

1.º — Unidade orçamental, ou seja — um só total de receitas e um só total de despesas, como garantia da veracidade do saldo;

2.º — Cobertura das despesas ordinárias do Estado, exclusivamente através do montante das receitas do mesmo tipo;

3.º — Limitação, ou restrição, do conceito de despesa extraordinária;

4.º — Limitação rigorosa do recurso ao empréstimo para satisfação desses encargos;

das dotações e autorizações legais;

7.º — Interdição de financiamentos às empresas particulares;

8.º — Supressão do imposto ad valorem que, multiplicando as «alfândegas internas», embaracava a vida económica;

9.º — Defesa do Orçamento contra as pressões das finanças dos territórios ultramarinos; e,

10.º — Obrigação imposta aos organismos autónomos, autarquias locais e governos ultramarinos, de nivelarem os seus encargos normais à capacidade das suas receitas também normais.

Ao mesmo tempo cuidava-se de modificar a estruturação do Orçamento (promovendo-se a elaboração de mapas sintéticos que incluísem o resumo das receitas e despesas, permitindo a avaliação exacta e segura da situação financeira do País), e da revisão do ordenamento das receitas por forma a tornar mais clara a sua exposição. A classificação das despesas orçamentais viria a ser contemplada em diploma posterior (de 27 de Março de 1929), que criou a Intendência Geral do Orçamento, completando uma reforma que visava garantir: a perfeita observação do pormenor e assegurar a continuidade de política iniciada em tão importante sector.

Pode afirmar-se que ficaram criadas as condições de resolução do problema orçamental — até então em aberto —, e fixados os grandes princípios pelos quais poderia reger-se uma obra de autêntica regeneração financeira, de que o País carecia, urgentemente, e que o País passava a ter fundadas

razões para esperar do novo governante.

O primeiro orçamento geral do Estado apresentado pelo sr. prof. Oliveira Salazar continha a primeira novidade sensacional da nova administração: o «deficit», quase crónico, dava lugar à previsão de um saldo favorável de 1500 contos que, depois, no apuramento das contas, veio a elevar-se a 285 mil contos. No relatório que antecedeu o histórico Orçamento para o ano económico de 1928-1929, o titular da pasta das Finanças escrevia não se tratar de um trabalho perfeito, embora tivesse just a ser considerado um trabalho sério; e acrescentava que, não resultando de artificiosas combinações, o Orçamento era o que sinceramente se esperava que fosse: «é o que em face dos números conhecidos, há o direito de esperar que seja».

Submetendo as despesas aos rígidos limites das possibilidades reais das receitas, o ainda jovem ministro lançara as bases de garantia desse esforço, e isso mesmo sem quebrar o ritmo, embora modesto, das realizações de fomento indispensáveis ao progresso do País. Em 1928, a dívida interna baixara, já, para um milhão 835 567 contos; no ano económico de 1930-1931, descendera para um milhão 213 348 contos; e, no ano seguinte, ficaria inteiramente convertida. A estabilização da moeda; as reformas tributárias, da Caixa Geral de Depósitos, das pautas aduaneiras, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, da Junta do Crédito Público, da Contabilidade e da Estatística, como a do Banco de Portugal, viriam a ser alguns dos capítulos da importante e significativa obra de saneamento financeiro empreendida e levada a cabo pelo sr. prof. Oliveira Salazar — e que, consolidando a situação derivada do Movimento de 28 de Maio de 1926, abria perspectivas políticas novas ao País, permitindo inverter, em grandes realizações e obras de fomento, avultadas verbas que, até então, inutilmente teria julgado possível virem a obter-se



Extraordinário alcance político, não apenas no plano nacional como no internacional, tiveram as viagens do Presidente Carmona ao Ultramar e às ilhas atlânticas. Na imagem que se reproduz, a apoteótica recepção da cidade de Moçâmedes ao Chefe do Estado.

apenas através dos recursos inter-

nos.  
Só os primeiros onze saldos de gerência, correspondentes ao período que decorreu de 1928 a 1939 (ano em que eclodiu a segunda grande guerra mundial), ascenderam a um milhão 963 mil contos. E, em 1935, quando a situação internacional fazia crescer no Mundo a ameaça de um enorme conflito armado, o sr. prof. Oliveira Salazar apresentava ao País o Plano de Reconstituição Económica, a executar em quinze anos, e que atingia um montante de seis milhões e quinhentos mil contos — valor que, no entanto, viria a ser largamente excedido, pois ao fazer-se, em 1951, o apuramento das verbas despendidas ao abrigo do mesmo Plano, verificou-se que elas haviam atingido quase catorze milhões de contos.

Manteve-se o sr. prof. António de Oliveira Salazar no cargo de ministro das Finanças até 23 de Agosto de 1940. Ao deixar a gerência daquela pasta (que durante muito tempo acumulou com as funções de Presidente do Conselho e com a direcção de outros Ministérios) legou aos seus sucessores um estilo de trabalho e uma tradição de administração prudente que asseguravam a continuidade da acção que desenvolvera ali. Em 1960 (vinte anos depois), a nossa moeda era apontada, nos meios internacionais competentes, como das mais sólidas do Mundo.



O marechal António Oscar de Fragoso Carmona, figura relevante do 28 de Maio de 1926, e Presidente da República de 1928 a 1951

Quem tenha de debruçar-se sobre a história dos últimos quarenta anos da vida nacional, não poderá deixar de considerar como determinante de todos os acontecimentos que os esmaltam e configuram, a resolução do problema financeiro, em que se empenharam os Governos saídos da Ditadura Militar consequente do 28 de Maio, e a que o sr. prof. Salazar deu completa e eficiente efectivação, como sumariamente se deixa anotado nos capítulos precedentes.

Na verdade, só a partir de uma base de recursos financeiros assegurados viria a ser possível sanear e fomentar o progresso económico; empreender uma fecunda acção realizadora no campo das obras públicas, dos transportes e das comunicações; renovar, dotando-a dos meios materiais, técnicos e humanos indispensáveis, a política da educação e da cultura; estruturar, de acordo com as conveniências da salvaguarda dos interesses nacionais, as Forças Armadas; prestigiar o Estado e valorizar a Nação, para os fazer valer, como se impõe, no campo internacional; incrementar as realizações de ordem social e no campo da saúde, desde a previdência, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a protecção da família, a habitação — a assistência na doença, ao reavivamento físico da juventude. Numa palavra, estimular o desenvolvimento do País, em todos os aspectos, desde os distritos metropolitanos às províncias do Ultramar, dotando estas, sobretudo, e em face da conjuntura mundial derivada da última grande guerra, e, em especial, dela consequente, dos meios necessários à preservação, a todo o preço, da secular soberania portuguesa.

Cumprida, por isso, essa primeira e indispensável fase do que se pretendia viria a ser um autêntico movimento de renovação nacional; preenchido o pressuposto de que só a partir da existência de finanças sãs poderiam prosseguir-se, em segurança, os caminhos do futuro — o sr. prof. Oliveira Salazar, a convite do Presidente da República general Fragoço Carmona, assumiu, em 5 de Julho de 1932, as responsabilidades da chefia do Governo, que acumularia (como já ficou assinalado) com as da gerência da pasta das Finanças. As intenções reformadoras que o inspiravam (patentes em vários e notáveis pronunciamentos publicamente produzidos), os seus objectivos doutrinares, o sereno entusiasmo pelas grandes realizações que pudessem mostrar-se capazes de dotar o País com uma nova estrutura político-social e com uma mentalidade criadora renovada — tinham, então, completa viabilidade.

Menos de dez meses decorridos — em Abril de 1933 —, e após plebiscito nacional que a consagrou, foi promulgada nova Constituição Política da República Portuguesa. No preâmbulo do decreto que a instituiu, o Chefe do Governo acentuava serem «extensísimos os horizontes» da nova lei fundamental do País. E acrescentava: «Não se reduz, como as velhas fórmulas, à enunciação das garantias individuais e à definição dos poderes do Estado. Mas é todo o complexo nacional que se abrange

na diversidade dos seus órgãos, nos seus conceitos fundamentais, em todas as funções e em todas as actividades. Por isso, a nova Constituição se apresenta particularmente completa em todas as questões de superior interesse na vida da Nação».

O artigo 5.º da nova Constituição definiu o Estado Português como uma República unitária e corporativa; mas a organização corporativa só veio a tornar-se lei meses depois, em Setembro do mesmo ano, com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e diplomas apensos, que criavam os Grémios, Sindicatos, Casas do Povo e dos Pescadores, e estabeleciam as normas reguladoras das obrigações dos trabalhadores e das entidades patronais. A renovação da estrutura jurídico-social do novo regime veio a completar-se, três anos mais tarde, com a promulgação do novo Código Administrativo, a cujo estudo e elaboração ficou ligado o nome de um eminente administrativista e ilustre homem público, o sr. prof. Marcello Caetano, que viria, mais tarde, a desempenhar importantes tarefas de Governo e a ocupar o lugar de membro vitalício do Conselho de Estado.

Quando, ao abrigo de um sistema político e administrativo já perfeitamente definido e estabelecido, Portugal se entregava a uma profunda e extensa obra de renovação material — produziam-se, no campo externo, acontecimentos políticos de grande importância, que os melhor avisados entendiam, e com adequada justeza, constituíam prelúdio das mais graves ameaças. O agravamento da situação política em Espanha, notório a partir de Fevereiro de 1936, impunha, especialmente, a consideração de circunstâncias que de alguma maneira poderiam vir a afectar a segurança da fronteira terrestre que divide os dois países peninsulares, e que recomendavam, sem dúvida, uma aceleração no esforço que, desde longa data, os governos da presidência ou participação do sr. prof. Oliveira Salazar vinham a empreender em relação ao rearmamento e à melhor preparação das Forças Armadas. Datava, efectivamente, de 1929, o início da renovação da nossa frota de guerra; algum armamento, escasso, embora, para as necessidades, fora, entretanto, adquirido, ao mesmo tempo que se promovia a melhoria e a possível modernização da instrução militar; e, finalmente, na Lei da Reconstituição Económica de 1935 (já aludida), que começava a executar-se, um dos objectivos assinalados era o da reorganização e rearmamento das Forças Armadas.

Para, pessoalmente, orientar e incrementar essa nova tarefa, o sr. prof. Salazar, em 11 de Maio de 1936, e em acumulação com as suas obrigações de Presidente do Conselho e de ministro das Finanças, assumiu, a título interino, o cargo de ministro da Guerra — que só viria a abandonar em Setembro de 1944.

A guerra civil espanhola, desencadeada em Julho de 1936, depressa se converteu, em conflito mais amplo, de fundas repercus-

no país vizinho, decorreriam, fatalmente, e a breve trecho, consequências de imprevisível amplitude. Ocorrendo, também, às novas necessidades que nesse sector se evidenciavam, o sr. Presidente do Conselho (ministro das Finanças e Interino da Guerra!) decidiu tomar conta da gerência da pasta dos Negócios Estrangeiros, função que viria a desempenhar, magistralmente, até 4 de Fevereiro de 1947 — ou seja, durante um largo período em que a Península Ibérica, primeiro, e depois todo o Mundo, suportaram o flagelo e o terror da guerra e as dificuldades que ela gerava, e se reflectiam, sobretudo, no árduo campo da diplomacia.

As labaredas alterosas que, nesses anos cruciantes, consumiam o Mundo, e aos sacrifícios dos povos que tiveram de bater-se, e das populações civis que sofreram as duríssimas provações dos combates, dos bombardeamentos, das retaliações — Portugal logrou furtar-se, sem, por isso, ver diminuído nem a honra nem o território. Ao facto não podia, de forma alguma, ser estranha a circunstância de, em tão longo período, ter detido o sr. prof. Oliveira Salazar, em suas mãos, e além das responsabilidades da chefia do Governo, duas outras funções-chave no que respeitava aos problemas da guerra e da paz: as de gerência dos Ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.



O marechal Francisco Higinio Craveiro Lopes, eleito Presidente da República em Julho de 1951, ocupou o seu alto cargo até 1958

Na mais alta magistratura do Estado, permanecia a figura ilustre do general António Oscar Fragoço Carmona, que em reeleições sucessivas, realizadas sempre por sufrágio directo, continuava a receber da Nação o mandato de confiança para o exercício das al-

1 de Julho de 1958 e reeleito em 25 de Julho de 1965. Um e outro dos Presidentes da República que asseguraram a continuidade da mais alta e responsável magistratura do Estado,

mantiveram na Presidência do Conselho o sr. prof. Oliveira Salazar, garantindo-lhe, no exercício das suas altas funções, o apoio indispensável ao prosseguimento da grande obra de renovação nacional que empreendera, ainda como ministro das Finanças, em 1928 — e que continua hoje ainda, através de uma administração prudente e inteligente da coisa pública, sem embargo das dificuldades com que teve de debater-se em alguns períodos da sua permanência no Governo, dificuldades que, desde há cinco anos, e com motivo na autêntica conjuntura internacional desencadeada contra o nosso património ultramarino, têm exigido, do ilustre homem público e devotado patriota, um notável esforço de firmeza, de enérgica decisão, de sagacidade diplomática e de clarividência compreensivos dos fenómenos sociais e políticos do nosso tempo.

Coadjuvado por uma equipa ministerial em que avultam personalidades de especial merecimento nos campos político e técnico, o sr. prof. Oliveira Salazar tem podido, sobretudo pelas suas excepcionais capacidades e pela sua patriótica determinação, enfrentar com o mesmo êxito de sempre os problemas cada vez mais complexos da governação pública, de tal modo que, apesar de empenhados numa custosa guerra de defesa da integridade do território, não sofreram atraso alguns empreendimentos de grande significado — no fomento económico e nas obras públicas. E é assim que, como que a coroar os quarenta anos da Revolução Nacional, o País assiste hoje, orgulhoso e reconhecido, à inauguração da mais grandiosa realização até hoje efectuada em Portugal — e que vem tornar realidade uma aspiração de muitos e muitos anos: a da ponte sobre o Tejo, ligando a capital, directamente, à formosa e rica península de Setúbal e ao Sul do País.

Outros significativos melhoramentos inaugurados no decurso deste ciclo comemorativo das primeiras quatro décadas posteriores ao 28 de Maio: no sector da produção e distribuição da energia eléctrica; na rede rodoviária, dos transportes terrestres e aéreos; em relação a obras de hidráulica, portuárias e de aeroportos; nos sectores da marinha mercante e da pesca; nos edifícios hospitalares; nos melhoramentos rurais e em obras de saneamento e salubridade, como no campo da habitação económica; dos edifícios públicos — desde a Biblioteca Nacional ao do Ministério das Corporações e às novas instalações da Estação Agronómica Nacional, etc., etc., atestam, do mesmo modo, a vitalidade da acção do Estado.

Nesta breve panorâmica do que de mais saliente ocorreu nestes quarenta anos vencidos desde 1926, uma palavra se impõe — de apreço e exaltação da Nação fiou a defesa do seu pa-

trimónio secular. Sempre prontas ao cumprimento da nobre e honrosa missão que lhes está assinalada, nunca, ao longo de toda a nossa História, lhes faleceu o ânimo de bem servir a Pátria — fossem quais fossem os sacrifícios que para tanto tivessem de enfrentar. Uma vez mais assim aconteceu — e aconteceu! —, desde que, em 13 de Abril de 1961, e respondendo ao desafio do terrorismo internacional que no Norte de Angola provocava, violenta e traiçoeiramente, o derramamento de sangue português, o sr. Presidente do Conselho, ao assumir as funções de ministro da Defesa Nacional, apontava como tarefa imediata a necessidade de socorrer Angola.

Nos cinco anos, desde então decorridos, têm os nossos soldados, marinheiros e aviadores, empenhados numa luta árdua e sacrificada, sabido corresponder com heróica galhardia às conveniências do mais alto interesse nacional — honrando, ao mesmo tempo, a tradição de valentia e bravura das Forças Armadas de Portugal. Para as distantes Angola, Guiné ou Moçambique, partem, confiados e determinados a bem cumprir o seu dever; regressam contentes, por saberem ter servido como bons portugueses. Aqueles que, no campo da honra, têm sucumbido em holocausto da Pátria — a Pátria tem rendido o seu comovido preito de reconhecimento.

No mais alto posto da hierarquia nacional, um grande e nobre português, figura prestígio de marinheiro, cativante pela sua bondade, desvelado no preocupado propósito de bem servir a Nação — o sr. almirante Américo Thomaz —, tem sido, nestes anos difíceis mas operosos e fecundos, o perfeito garante da unidade dos portugueses. Debruçado sobre os seus problemas e interesses, partilhando os seus anseios e esperanças, o sr. Presidente da República tem sido testemunha de todos os actos que importam ao progresso da Nação — num labor que não conhece desfalecimentos e que o levou, nos oito anos em que permanece na Chefia do Estado, a visitar cada recanto do Continente, as Ilhas do Atlântico e o Ultramar. As suas deslocações, em 1963 e 1964, respectivamente, a Angola e Moçambique, com passagem em S. Tomé e Príncipe, ficam na História da Nação como actos de serviço de incalculável alcance.

Render-lhe homenagem de admiração neste momento alto da vida nacional é dever patriótico a que não nos furtamos. Digna figura da Pátria, o sr. almirante Américo Thomaz, investido na mais alta magistratura da República, é o fiador do interesse nacional. Saudemo-lo, pois, respeitosamente, testemunhando-lhe o nosso apreço de portugueses.



A presença do sr. almirante Américo Thomaz no Norte de Angola, em pleno período da luta de defesa ali em curso contra as infiltrações do terrorismo internacional, revestiu-se de alto significado. Na gravura, vê-se o sr. Presidente da República a condecorar um soldado nativo, em Santo António do Zaire, em 1963



Portugueses de todas as etnias e credos, irmanados por um mesmo fervoroso sentimento patriótico, acolheram com indescritíveis manifestações de entusiasmo o Chefe do Estado, na sua visita à cidade da Beira, capital do distrito de Manica e Sofala, no coração de Moçambique

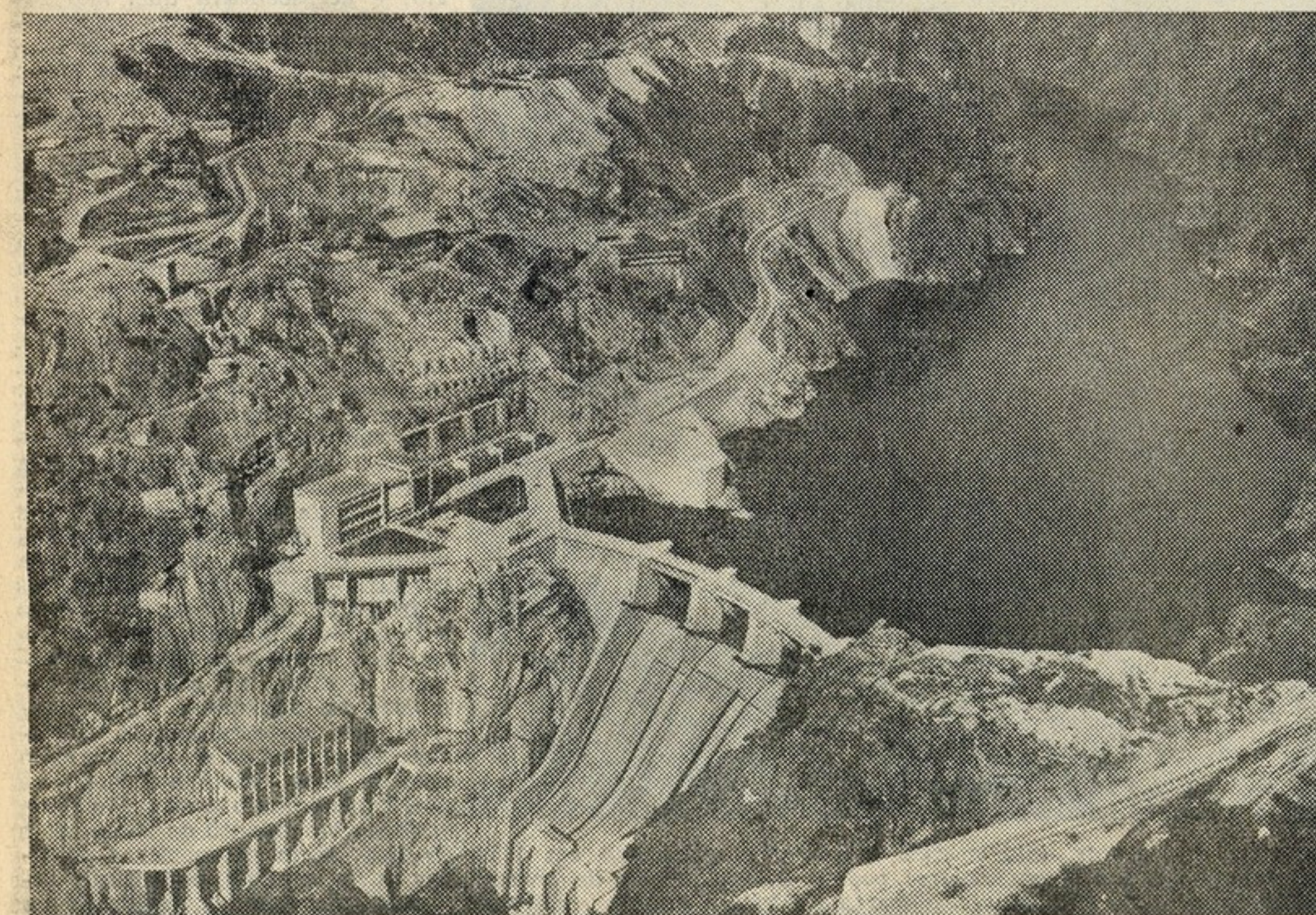
tas funções de Presidente da República, em que se manteve até à data do falecimento, ocorrido em 18 de Abril de 1951, quando o revestia, já, a dignidade de marechal do Exército Português.

Presidiu, assim, o ilustre militar à realização de uma obra profundíssima, que transformou, verdadeiramente, a face do País — e que afectou, sem dúvida, todos os sectores da vida nacional. Enumerar tão extenso rol de realizações, como as que se produziram em Portugal — continental, insular e ultramarino — nesses vinte e cinco anos, não cabe nas limitações de um artigo de jornal. Mas não pode omitir-se, pela sua significação especial, um dos acontecimentos verificados, e a que de forma tão directa ficou ligada a pessoa do Chefe do Estado: aquele que respeita às viagens empreendidas ao nosso Ultramar pelo Presidente da República — estreitamento de laços, consolidação de soberania que, praticados com a naturalidade de actos de rotina, assumiram, no entanto, uma transcendental significação no plano político.

Tradição inaugurada pelo Presidente Carmona — ela viria a ter continuada prática, nos mandatos dos seus ilustres sucessores: o marechal Francisco Higinio Craveiro Lopes, eleito em 21 de Julho de 1951; e o sr. almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, eleito em



Quarenta anos depois — em 28 de Maio do corrente ano —, as Forças Armadas voltaram a desfilar, garbosamente, nas ruas de Braga, a cidade que foi berço do Movimento Militar de 1926



Por todo o País têm-se sucedido as grandes obras de fomento — condição do enriquecimento nacional. Os aproveitamentos hidroeléctricos (como o do Picote, que mostramos) são um índice dessas realizações

# QUARENTA ANOS DA VIDA NACIONAL

## NO CONJUNTO DAS OBRAS NOTÁVEIS A QUE ESTÁ LIGADO O MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS ENQUADRA-SE COM PRIMACIAL RELEVU A PONTE SOBRE O TEJO, QUE É A MAIOR DO MUNDO, FORA DOS E. U. DA AMÉRICA DO NORTE

Abrange os mais variados aspectos a obra do Ministério das Obras Públicas, que, tendo como que praticamente começou quando assumiu as funções de ministro o sr. eng. Duarte Pacheco, tão trágica e lamentavelmente desaparecido, se prolongou até nossos dias, depois de haverem passado pela gerência da pasta o falecido eng. Cancela de Abreu, e ainda, o sr. eng. José Frederico Ulrich, a quem se sucedeu o sr. eng. Arantes e Oliveira.

Mercê de uma actividade que é nitida e exuberante expressão do espírito construtivo que anima a política da Revolução Nacional, todo o panorama da Nação se tem modificado e valorizado através de constantes obras, executadas criteriosamente e depois de largos e importantes estudos. Percorrendo o País, tanto continental como insular, verifica-se um tão vasto e importante conjunto de melhoramentos, em que o Ministério das Obras Públicas tem tido intervenção, a que ninguém pode negar admiração pela notável obra realizada.

Não nos cabe, por inútil, recordar a fisionomia de Portugal antes de 1926, mas é lícito, todavia, acentuar que, desde então até agora, a renovação nacional tem sido, com efeito, de extraordinária amplitude.

Do simples caminho municipal à mais extensa estrada, às auto-estradas e outras vias de comunicação, tudo se modificou e melhorou. As construções, as realizações sempre em toda a parte, e inúmeras delas de extraordinária envergadura.

Fizeram-se, com os projectos e participações do Ministério das Obras Públicas, aeroportos, ergueram-se estações marítimas como a da Rocha do Conde de Óbidos e Alcântara, em Lisboa; apetrecharam-se os portos, construíram-se enormes barragens para aproveitamento hidroeléctrico; realizaram-se importantes trabalhos de irrigação, restauraram-se monumentos, restituindo-os à sua primitiva traça. Ergueram-se escolas do ensino superior técnico, secundário e primário; construíram-se hospitais e outros importantíssimos edifícios. Foi-se gradualmente satisfazendo em toda a parte as legítimas aspirações da população.

Milhões de contos têm sido aplicados nesses melhoramentos, podendo repetir-se que, para a sua execução e na sua quase totalidade, coube ao Ministério das Obras Públicas um papel preponderante.

### DUAS GRANDES OBRAS A ASSINALAR O PROGRAMA COMEMORATIVO: A PONTE SOBRE O TEJO E O PLANO DE REGA DO ALENTEJO

Recordando as grandiosas obras levadas a efeito no País e acentuando, a propósito, o valor da importante Ponte da Arrábida, no Porto, a que noutra lugar nos referimos, anotamos que o Plano Comemorativo dos Quarenta Anos da Revolução Nacional, aprovado pelo ministro das Obras Públicas, sr. eng. Eduardo Arantes e Oliveira, abrange um notabilíssimo conjunto de obras cujo custo total será de 8 349 478,42 contos.

A avultar no conjunto dessa verba, 2 183 000,00 contos da Ponte sobre o Tejo; 462 258,00 contos, da

rede rodoviária nacional; 1 074 788,20 contos de edifícios e monumentos; 2 696 083,00 contos de obras de hidráulica, e, ainda, 542 390,90 contos de edifícios de habitação; 469 927,94 contos de obras de água e saneamento; 513 617,84 contos de melhoramentos rurais; 367 000,74 contos de melhoramentos urbanos; 7979,00 contos de obras e Organização Corporativa; e 32 432,80 contos para Igrejas, seminários e outras obras de carácter religioso.

Pela importância de que se revestem, têm excepcional relevo, além da Ponte sobre o Tejo e da 1.ª fase do Plano de Rega do Alentejo, a Biblioteca Nacional, o Parque Nacional de Santa Engrácia, o Plano de Valorização da Bata, o Plano de Valorização da Póvoa de Varzim, via rápida Almada-Caparlaca e rodovia de Braga ao Santuário de Bom Jesus.

A cerca de oito milhões e meio de contos, como atrás salientamos, ascende o custo dos melhoramentos do programa comemorativo, num total de 7500 obras, nas quais se incluem: 333 instalações para o ensino; 22 instalações hospitalares das quais 18 hospitais e 2 sanatórios; 10 887 novos fogos habitacionais; 344 abastecimentos de água; 662 melhoramentos urbanos; mais de 3000 fontes beneficiadas; 1435 obras de viação rural e 1440 diversos melhoramentos e beneficiação em povoações rurais.

Além disso são construídos ou remodelados 528 quilómetros de estradas nacionais e construídas 7 pontes, sem incluir a sobre o Tejo e seus acessos rodoviários. Mais ainda: são construídos 1226 quilómetros de vias municipais e reparados 891 quilómetros, implicando a construção de 36 obras de arte e a reparação de 29.

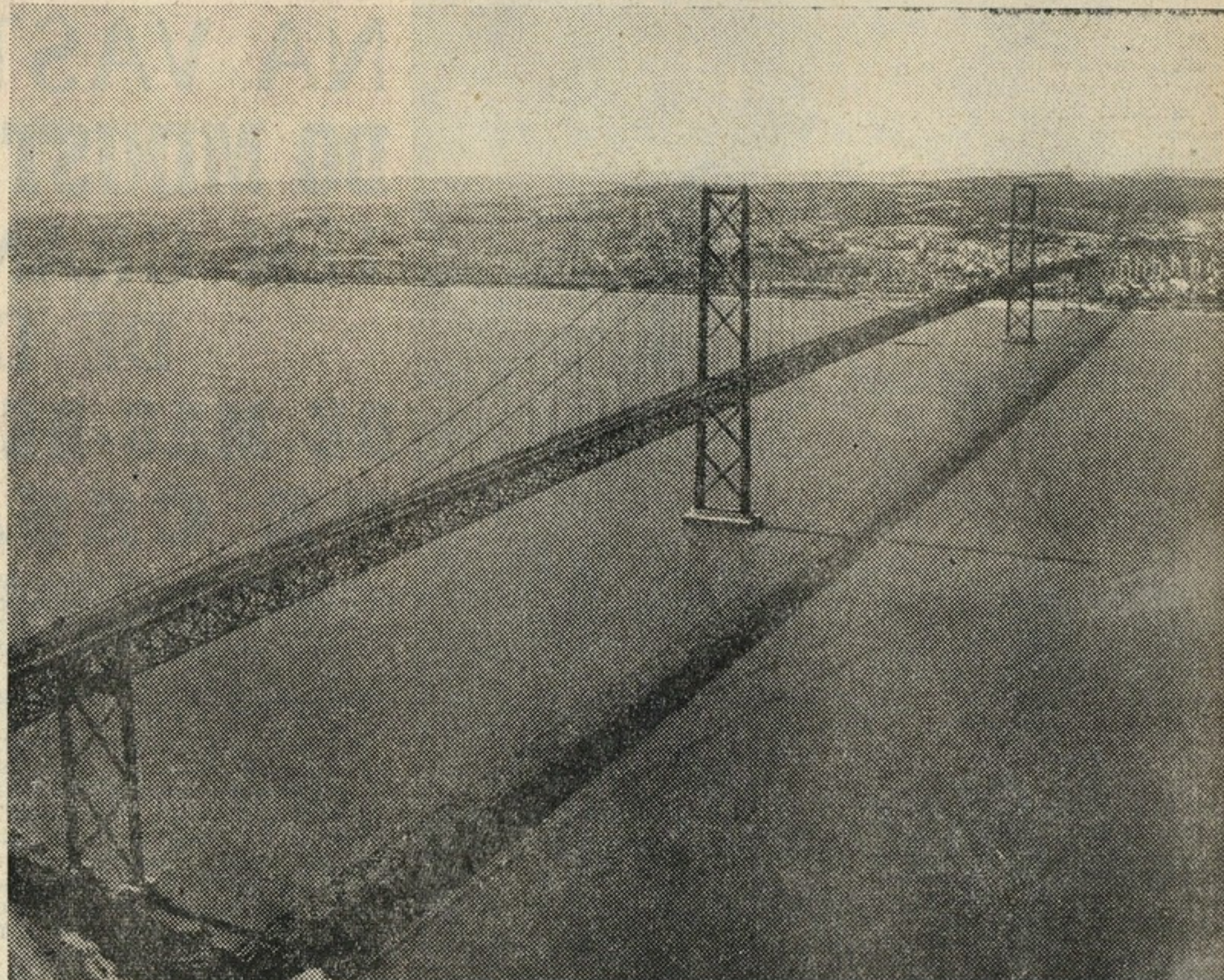
A acrescentar que ficam totalmente extintos, passando a ser uma recordação do passado, os abastecimentos de água insalubre em populações rurais, como, por exemplo, as fontes de mergulho.

### DOIS NOMES INTEIRAMENTE LIGADOS À CONSTRUÇÃO DA PONTE: O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS, SR. ENG. ARANTES E OLIVEIRA E O SR. ENG. CANTO MONIZ

Como o maior acontecimento das Comemorações há, sem dúvida alguma, a registar, a inauguração da ponte sobre o Tejo, a maior do Mundo fora dos Estados Unidos da América.

O sonho de largos anos tornou-se realidade, como já em devido tempo tivemos oportunidade de acentuar nas colunas do *Seculo*, com estas palavras:

«Com a ponte sobre o Tejo na larga distância entre Lisboa e Almada satisfaz-se uma das maiores aspirações nacionais: a da mais fácil e eficiente ligação do Norte-Centro e o Sul do País, com extraordinárias repercussões no desenvolvimento económico e social do território e descongestionamento do tráfego entre as duas margens do maior rio português. A muita gente parece verdadeiro milagre esse empreendimento, várias vezes estudado com maior ou me-



As torres da importante ponte estão 191 metros acima do nível do rio Tejo

nor dimensão, mas sempre impedido por precariedade de recursos financeiros do Estado ou falta de entidade privada apta para o levar a efeito.

«Entre 1876, ano em que o engenheiro português Miguel Pais fez o projecto de uma ponte entre Lisboa e o Montijo, até este momento não faltaram iniciativas para a ligação das duas margens do Tejo. Mais dois projectos foram apresentados para a ponte entre a capital e a península montijense: o da Maschinenbau Aktiengesellschaft, em 1890, e o do engenheiro português Barbosa Carmona, em 1934. Para este último projecto ainda se chegou a abrir um con-

dos os problemas e permitirá, com uma só ponte, os tráfegos rodoviário e ferroviário.»

Inegavelmente que à construção da ponte fica inteiramente ligado o nome do titular das Obras Públicas, sr. eng. Arantes e Oliveira. Outro nome não se pode esquecer: o do director do Gabinete da Ponte, sr. eng. Canto Moniz.

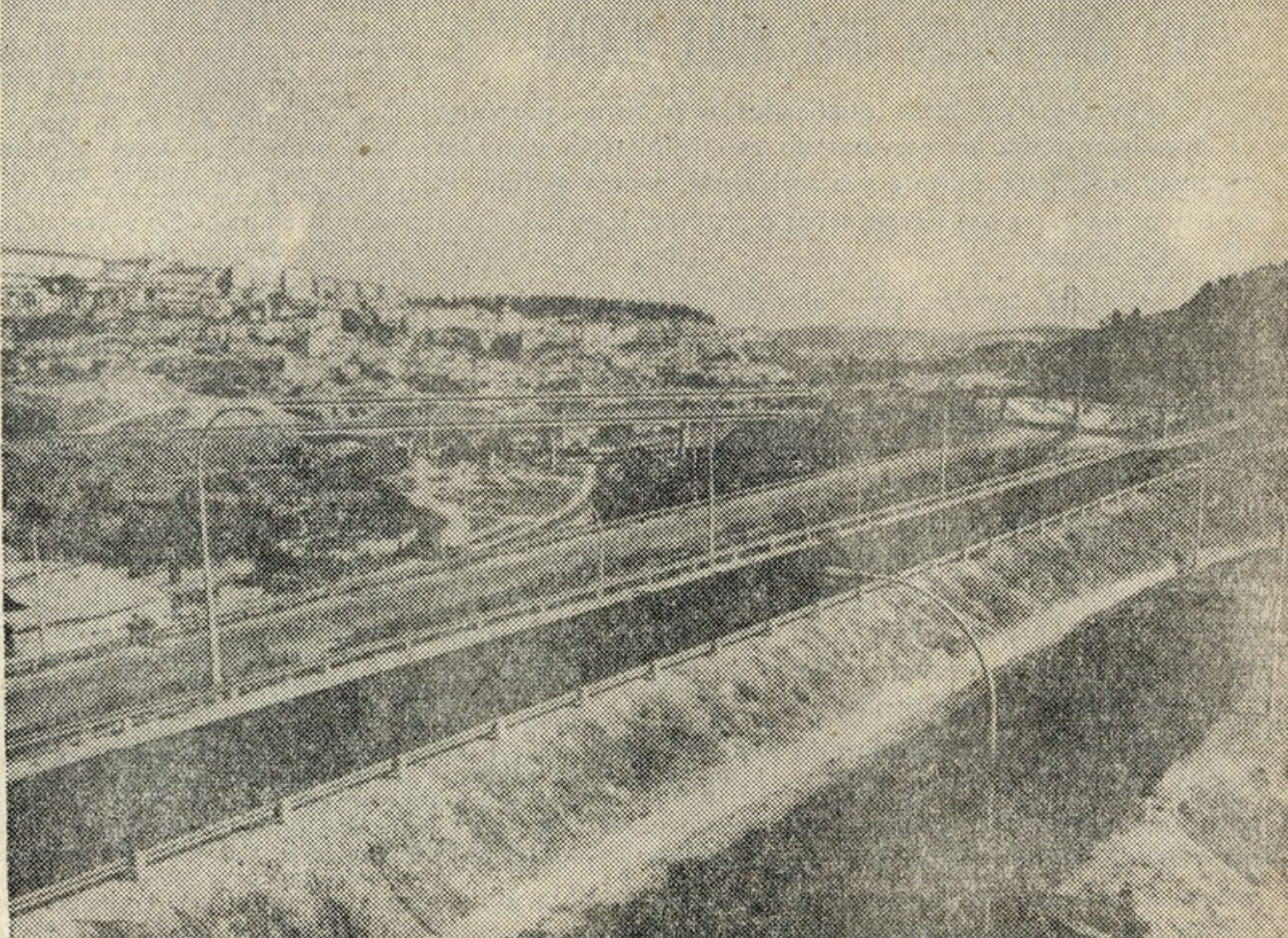
### AS TORRES METÁLICAS DA PONTE APRESENTAM UMA ALTURA DE 190,5 METROS ACIMA DO NÍVEL DA ÁGUA

Anotando agora que, neste total da obra, na sua primeira fase,

metros e a do pilar Norte de 35 metros.

Os dois cabos principais da ponte, em que estão ligados os pendurais que suspendem a viga de rigidez, com uma extensão total de 2277,64 metros, têm o peso total de 8000 toneladas.

O vão principal mede 1012,88 metros e os dois laterais sobre o rio são iguais, medindo cada um 483,42 metros. Na margem Norte há, ainda, dois vãos iguais, de 99,64 metros cada, e na margem Sul um vão também de 99,64 metros. Sobre essa viga assenta o tabuleiro destinado à faixa de rodagem para o tráfego rodoviário, com a largura de 16 metros,



Outra obra que se liga com a construção da ponte: os acessos do lado de Lisboa, do que se mostra um aspecto

curso público, mas a situação mundial, prenunciando a segunda grande guerra mundial, não permitia atrair empresas técnicas ou financeiras de outros países para a realização do importante empreendimento. Para a ponte entre Lisboa e Almada, o primeiro projecto, do eng. Lye, apareceu em 1888; depois, vieram os de Bartissol & Seynig, em 1889; o do eng. André de Prouença Vieira, em 1890; o de uma empresa nacional, em 1913; o do eng. Zusarte de Mendonça, em 1938; o do eng. espanhol Peña Boeuf, em 1951; e, finalmente, em 1962, o que está a ser executado, e que foi o mais notável, pela forma como resolveu to-

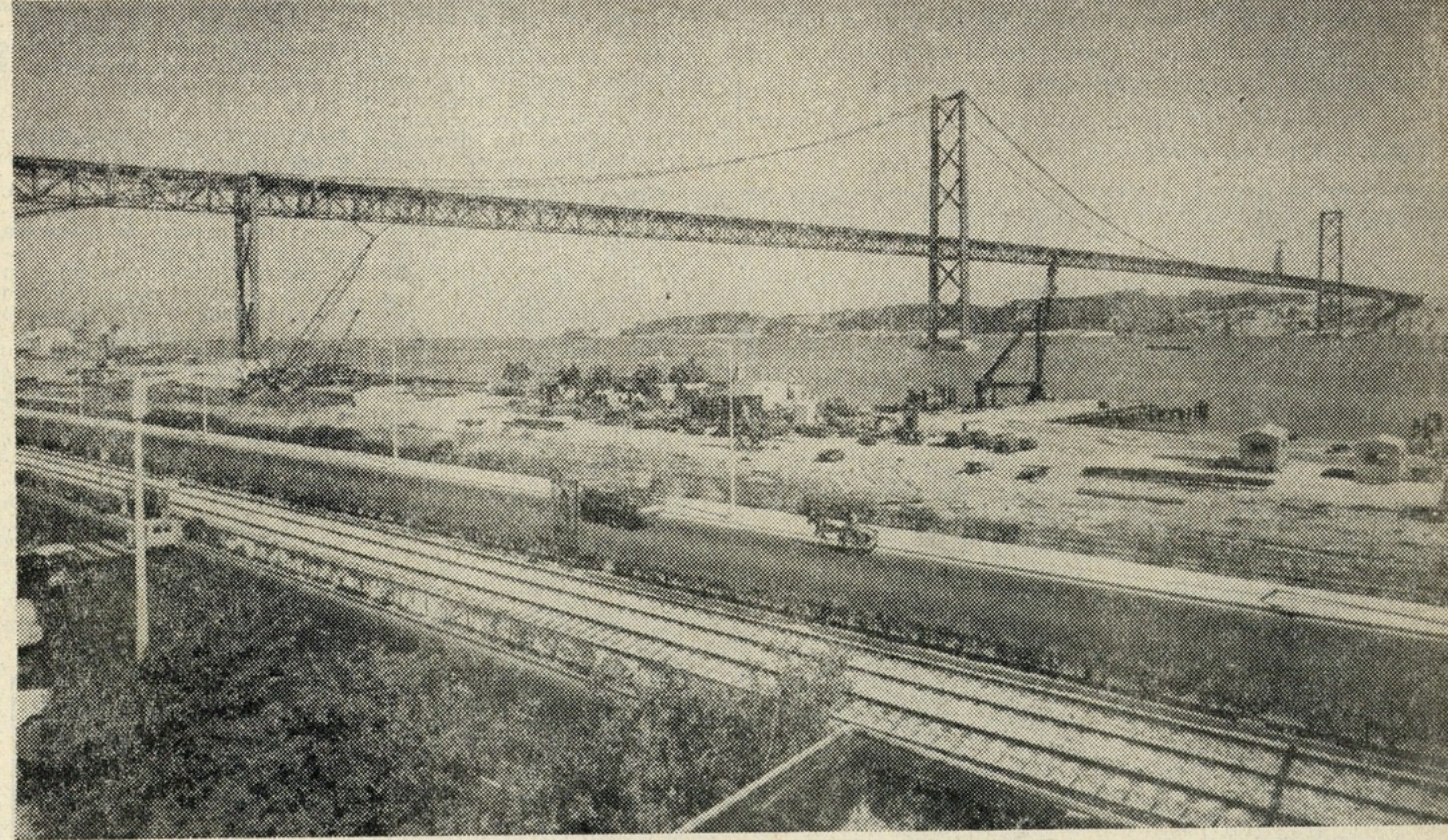
destinada a ser utilizada como ponte-estrada, incluindo acessos rodoviários, será de 2 183 000 contos, contando-se que fique amortizado 20 anos após, com a conclusão da obra à custa da portagem, que se calcula renda 300 contos por dia, digamos que a participação da mão-de-obra, da técnica e da indústria nacionais, atingem a cifra de 600 mil contos.

Como características principais da ponte, acrescentamos que as torres metálicas apresentam uma altura de 190,5 metros acima do nível da água; que a profundidade do pilar que suporta a torre Sul, abaixo do nível da água, é de 30

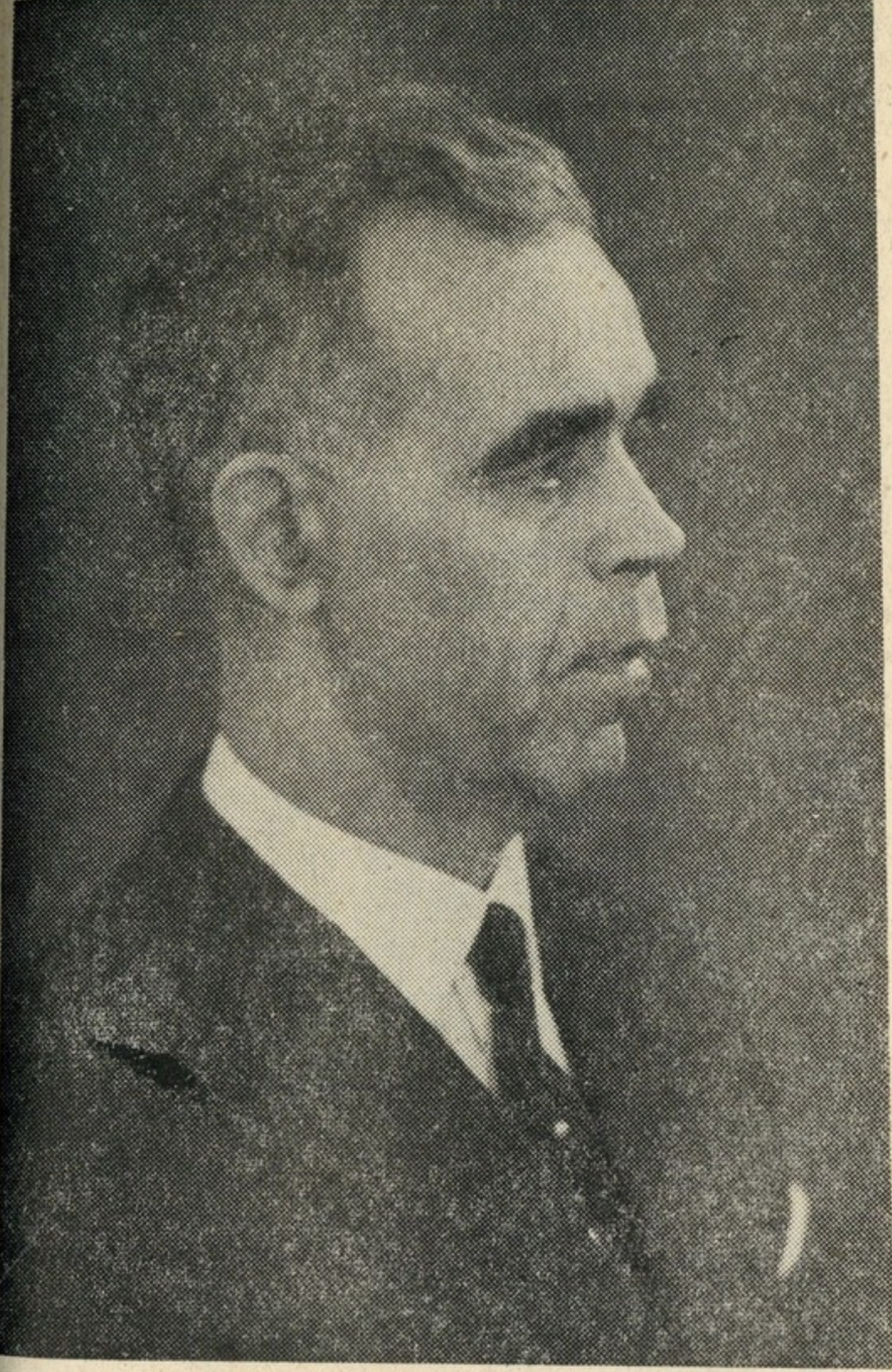
comportando quatro vias de circulação com 3,5 metros cada — duas para cada sentido. Este tabuleiro fica 80 metros acima do nível do rio, sendo a altura livre da viga de rigidez acima do nível da água, de 70 metros.

Com este apontamento final anotamos que o viaduto de acesso na margem Norte tem uma extensão de 945,11 metros e é composto por 12 tramos de vãos entre 75 e 74,20 metros.

A registar, ainda que na margem Norte o acesso rodoviário se desenvolve na encosta Poente do vale de Alcântara, numa extensão de 2659 metros.



É DE UM SOBERBO ASPECTO EM TODO O SEU CONJUNTO A PONTE SOBRE O TEJO, A MAIOR DO MUNDO FORA DOS ESTADOS UNIDOS



## ENG. ARANTES E OLIVEIRA MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

— UMA FORTE PERSONALIDADE DE HOMEM DE GOVERNO A QUEM A NAÇÃO DEVE ASSINALADOS SERVIÇOS

A todo o programa comemorativo dos quarenta anos da Revolução Nacional está estreitamente ligado o Ministério das Obras Públicas, cuja pasta é, desde 1954, gerida por uma figura de invulgar capacidade de trabalho, espírito realizador e sólida inteligência: o sr. eng. Eduardo Arantes e Oliveira.

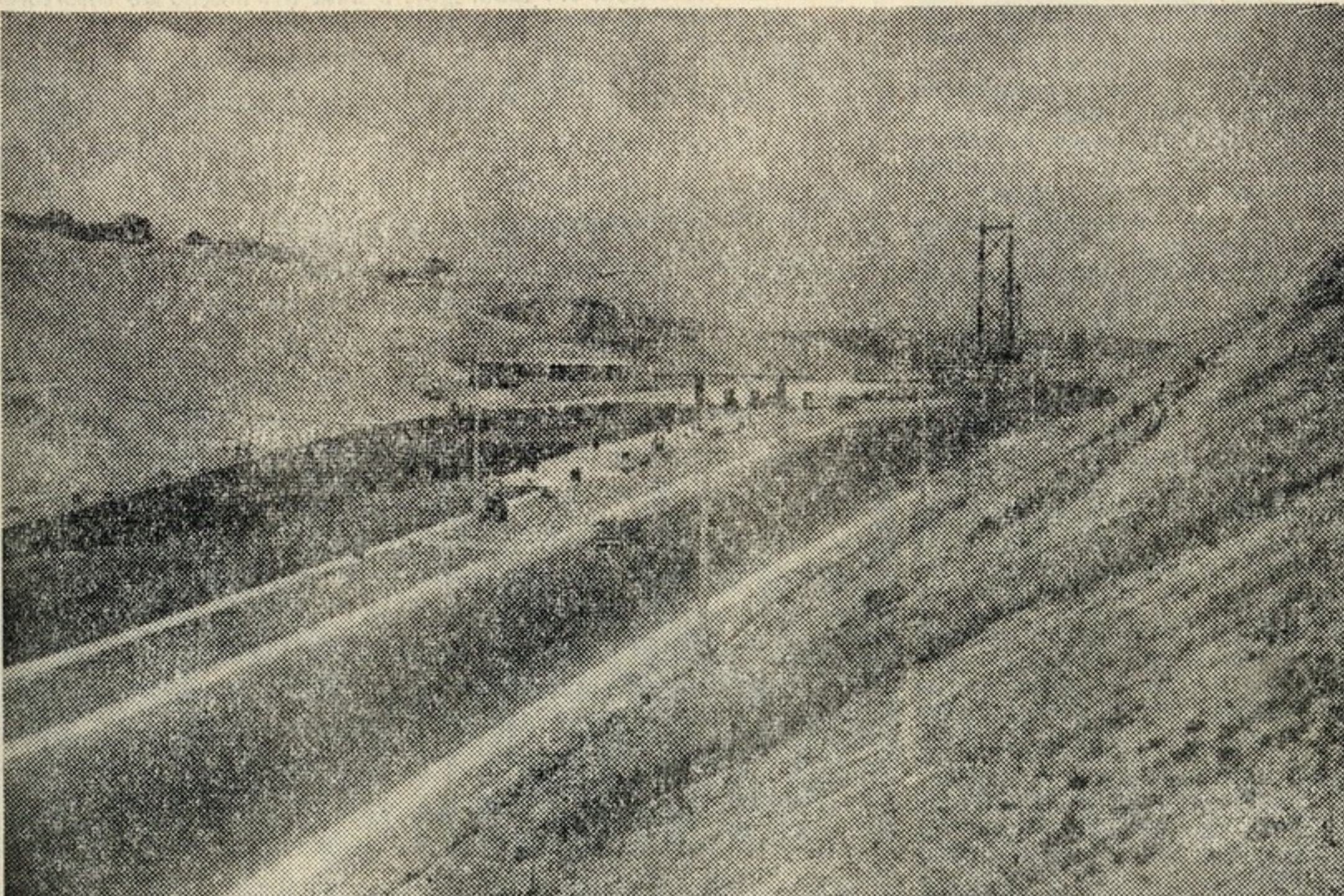
Deve-lhe o País assinalados e notáveis serviços, podendo afirmar-se que na gestão da sua pasta tem sempre revelado tão extraordinárias qualidades que se justificam amplamente todas as inúmeras homenagens que tem recebido.

Nascido em 19 de Abril de 1907, o sr. eng. Arantes e Oliveira concluiu em 1929, na antiga Escola Militar, hoje Academia Militar, com as mais altas classificações do seu curso, a formação para oficial do Exército e foi, depois, professor desse estabelecimento de ensino militar e do Instituto dos Pupilos do Exército.

Durante largo tempo dirigiu, com critério superior, os serviços fabris das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, e, por duas vezes, os de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, a primeira das quais em 1938, quando o falecido eng. Duarte Pacheco assumiu a pasta das Obras Públicas e Comunicações.

Estudioso, técnico de uma competência que sempre tem assinalado com o seu trabalho, o sr. eng. Arantes e Oliveira interveio, entre outros, nos projectos das Estações Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos e, igualmente, do Ministério das Finanças e do Instituto Português de Oncologia. Tendo desempenhado importantes missões de estudo no estrangeiro, foi vogal do Conselho Superior das Obras Públicas e director dos Serviços de Urbanização e Obras do Município de Lisboa. Autor de um largo e valioso estudo sobre os esgotos da capital, foi, ainda, presidente da secção de engenharia da Ordem dos Engenheiros e, desde 1947 até à altura em que passou a sobraçar a pasta das Obras Públicas, director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, funções que desempenhou com grande saber e larga actividade.

Estadista de forte personalidade, toda a sua tarefa se tem concretizado por um labor constante e notável para o engrandecimento do País.



Foi larga, demorada e importante a dos acessos à ponte sobre o Tejo

# QUARENTA ANOS DA VIDA NACIONAL

## NA VASTA ACÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DAS CORPORações TÊM GRANDE RELEVO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E A CONSTRUÇÃO DE CASAS ECONÓMICAS

No conjunto da importante tarefa que o Ministério das Corporações tem realizado avultam, sem dúvida, os aspectos sociais e o que se tem procurado fazer para a dignificação do trabalho e do trabalhador.

Não pode esquecer-se que o primeiro grande labor da organização corporativa começou pela actividade do primeiro subsecretário de Estado das Corporações, sr. embaixador Pedro Teotónio Pereira, que abriu caminho para individualidades que o seguiram no Subsecretariado como o actual ministro do Estado, sr. dr. Mota Veiga, e drs. Trigo de Negreiros e Castro Fernandes. De recordar também, pela organização das primeiras corporações e pela forma criteriosa como, criado o Ministério, exerceu as funções de ministro o sr. dr. Henrique Veiga de Macedo a quem se sucedeu o actual titular da pasta sr. prof. Gonçalves de Proença.

O que representa parte da obra realizada pelo Ministério com notáveis e louváveis objectivos. Tem-no bem evidente não só nos aspectos da previdência e construção de casas económicas, como nos contratos de trabalho e, do mesmo modo, na criação do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.

Acentuando que tem sido do maior apreço a actividade desenvolvida, anotamos que o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra foi criado na Direcção-Geral do Trabalho e Corporações, do Ministério das Corporações e Previdência Social, pelo Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto de 1962.

No preâmbulo deste diploma objectiva por se referir um dos objectivos da instituição: prestar auxílio a trabalhadores desempregados em consequência de despedimentos colectivos, despedimentos estes derivados quer dos processos de reorganização industrial em que o País se encontra empenhado quer de outras causas.

Logo a seguir afirma-se no mesmo preâmbulo:

«Mas não interessa, apenas acorrer, por meio de subsídios, às situações de desemprego tecnológico resultantes dos processos de reorganização determinados pelo interesse nacional. É necessário, outrossim, favorecer a mobilidade da mão-de-obra e a colocação noutras actividades dos desempregados, e para esse efeito se pensa na criação dos adequados meios de reclassificação profissional.

Finalmente, não pode esquecer-se que o desemprego tecnológico se situa no âmbito mais vasto da organização do mercado da mão-de-obra. Só com elementos de informação e sistemas de previsão apropriados será possível prosseguir uma política de trabalho que, sem atrasos prejudiciais, se vá adaptando às mutações constantes da economia de hoje. Nem se pode providenciar, em tempo oportuno, sobre as situações resultantes de desemprego colectivo, sem conhecer, com a devida antecipação, as intenções das empresas.

**PARA PERMITIR UM PROGRESSO RÁPIDO E SEGURO NOS VÁRIOS CAMPOS DE ACTUAÇÃO DO FUNDO, TÉCNICOS DE VÁRIOS SERVIÇOS TÊM ESTAGIADO NO ESTRAN-GEIRO**

E concluía-se, escrevendo: «Espera-se, por isso, que o presente diploma seja o início de uma série de medidas tendentes ao melhor conhecimento e mais perfeita estruturação da nossa mão-de-obra, por forma a dar maior satisfação não só aos interesses dos trabalhadores, como também

às necessidades e conveniências das próprias empresas».

Sobre os objectivos do Fundo é ainda bastante esclarecedor o Decreto-Lei n.º 44 785, de 7 de Dezembro de 1962, que, ao estabelecer o quadro do pessoal, fixa a sua competência nos seguintes termos: «estudo e expediente dos assuntos relativos à estrutura do mercado de mão-de-obra, crises de trabalho, aprendizagem, orientação, formação e aperfeiçoamento profissional e política de salários».

Para permitir um progresso mais rápido e seguro nos vários campos de actuação do Fundo, desde 1964 que, dentro do âmbito da assistência técnica da O. C. D. E., técnicos dos diversos serviços têm estagiado noutros países e peritos estrangeiros têm vindo colaborar nos trabalhos em curso. Igualmente, foram estabelecidos contactos com o B. I. T., com vista a eventuais pedidos de assistência técnica.

Por outro lado, técnicos do Fundo têm representado o Ministério em reuniões internacionais promovidas, sobretudo, pela O. C. D. E., B. I. T. e O. N. U., tendo também prestado colaboração directa nos trabalhos preparatórios do Plano de Investimentos para 1965-67, especialmente nos campos da demografia, do emprego, da formação profissional e dos salários e outros rendimentos.

Junto da direcção do F. D. M. O., confiada a um director, funciona um conselho consultivo com a competência de se pronunciar sobre actividades de formação profissional do F. D. M. O. e quaisquer outras questões que se entenda conveniente submeter-se-lhe; é constituído pelo director do Fundo, órgãos directivos da parte de Formação Profissional do F. D. M. O., representantes dos Ministérios interessados, das entidades patronais e dos trabalhadores, e reúne-se normalmente uma vez por mês.

**UM DOS IMPORTANTES SECTORES DOS SERVIÇOS INTERNOS DO FUNDO É O SEU GABINETE DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO**

A acrescentar que directamente ligados à Direcção existem: Secretariado; o Núcleo Técnico, onde se investigam as perspectivas sociais de problemas vários (planeamento, integração económica, desenvolvimento regional, mundo rural, etc.); o Gabinete de Estudos de Política de Emprego; o Núcleo de Documentação e Publicações. Isto anotado, deve registrar-se também que os serviços internos do Fundo compreendem os seguintes sectores:

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SUBSÍDIOS**

Além de compreender os sectores de carácter administrativo (expediente, contabilidade, pessoal, abastecimentos) tem, ainda, o sector de Subsídios, que dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 44 506, na parte respeitante a despedimentos colectivos.

**DIVISÃO DE ESTATÍSTICA**

Tem por objectivo essencial obviar as carências existentes em matéria de estatísticas do trabalho. Assim, além de procurar dispor de todos os elementos já recolhidos por outras entidades, deverá, ainda, proceder a recolhas de informações junto das empresas e outros organismos, a fim de ir preenchendo aquelas carências na medida do possível.

**GABINETE DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO**

Com a criação do I. F. P. A. surgiu a necessidade da constituição de um serviço de psicologia selectiva e de medicina do trabalho, que legitimasse, com um grau razoável de eficiência, a previsão da possibilidade de uma formação acelerada dos candidatos aos estágios das diversas profissões.

Esta situação manteve-se até Novembro do ano passado, altura em que novas exigências provenientes da necessidade de apoio, nestes campos, a outros departamentos do F. D. M. O., (C. N. F. M., Divisão de Emprego, Divisão de Formação Profissional, etc.), levaram à criação de um novo sector, o Gabinete de Psicologia e Medicina do Trabalho, dependente directamente do F. D. M. O., e que já se encontra em plena actividade.

**É IMPORTANTÍSSIMO O PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TRIÉNIO DE 1965-1967**

Ainda nos sectores de serviço do Fundo de Desenvolvimento de mão-de-obra encontramos tam-

bém, como importante e de valioso labor outras divisões como:

**DIVISÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Em relação ao respectivo Plano do Ministério, esta Divisão ocupa-se das accões de pré-aprendizagem, aperfeiçoamento profissional e reciclagem.

**DIVISÃO DE SALÁRIOS**

Compete a esta Divisão: definir e manter actualizada uma política salarial que concorra para uma mais justa e equitativa repartição dos rendimentos, sem deixar de atender às exigências do desenvolvimento económico e da estabilidade dos preços, e harmonizar os salários em vigor com a referida política; informar os processos correntes de fixação de salários e quaisquer outros processos que lhe sejam enviados; elaborar e actualizar os instrumentos de trabalho indispensáveis para a sua actuação eficaz.

**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

A Divisão de Contratação Colectiva, compete dar parecer jurídico sobre todos os projectos de convenções colectivas de trabalho a celebrar no País (continente e ilhas adjacentes) e sobre os projectos de despacho de regulamentação de trabalho aplicáveis na mesma área.

Além disso, os técnicos realizam estudos no sentido de dominar aqueles aspectos que possam ter incidência num contexto de contratação colectiva de trabalho e cuja efectivação se mostre adequada ao condicionamento económico-social do País.

Quanto a serviços externos, existem actualmente os seguintes:

**SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGO**

Criado pelo Decreto-Lei n.º 46 731, de 9 de Dezembro de 1965, tem como atribuições fundamentais: organizar o funcionamento dos serviços públicos gratuitos de colocação e de orientação profissional dos jovens e dos adultos; contribuir para um melhor conhecimento da organização do mercado do emprego e cooperar na política nacional de emigração.

A Administração Central do S. N. E. está, praticamente, montada. Quanto à respectiva estrutura regional procede-se presentemente à sua montagem com a celeridade possível.

**CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE MONITORES**

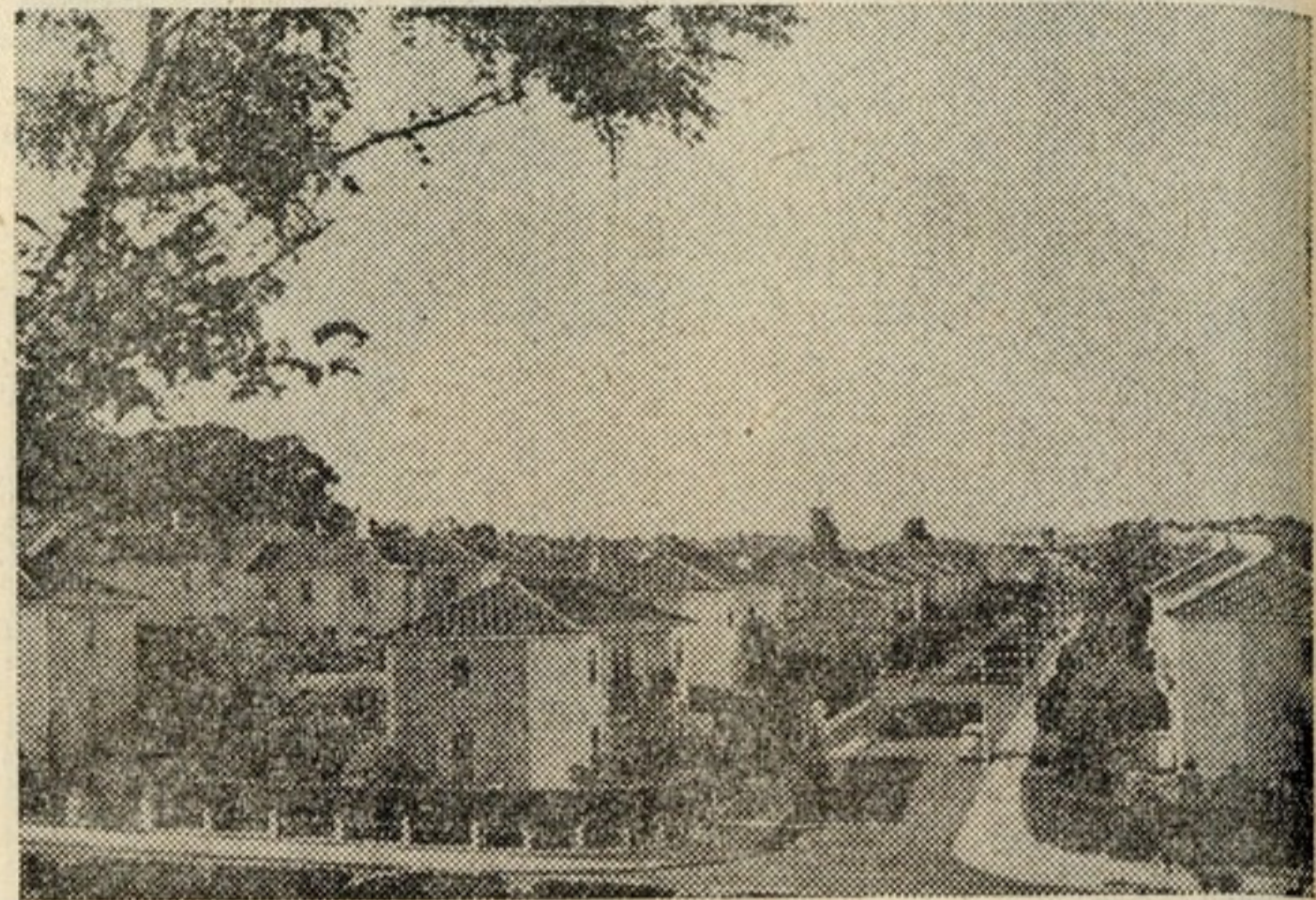
Nos termos da Portaria n.º 21 061, de 23 de Janeiro do ano passado, compete ao Centro Nacional de Formação de Monitores: a formação de monitores para os centros de formação profissional acelerada, para os centros de aprendizagem e para os centros de formação profissional dos organismos corporativos e das empresas, e ainda, a preparação de outros especialistas destinados às necessidades do F. D. M. O. ou de qualquer dos organismos dele dependentes; o estudo dos aspectos de ordem técnica relacionados com o seu próprio funcionamento, com o do I. F. P. A. e com o do serviço de formação profissional do F. D. M. O., nomeadamente no que se refere à elaboração de progressões, provas para exames finais, concepção e preparação do material didáctico apropriado e apetrechamento dos centros.

**INSTITUTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ACELERADA**

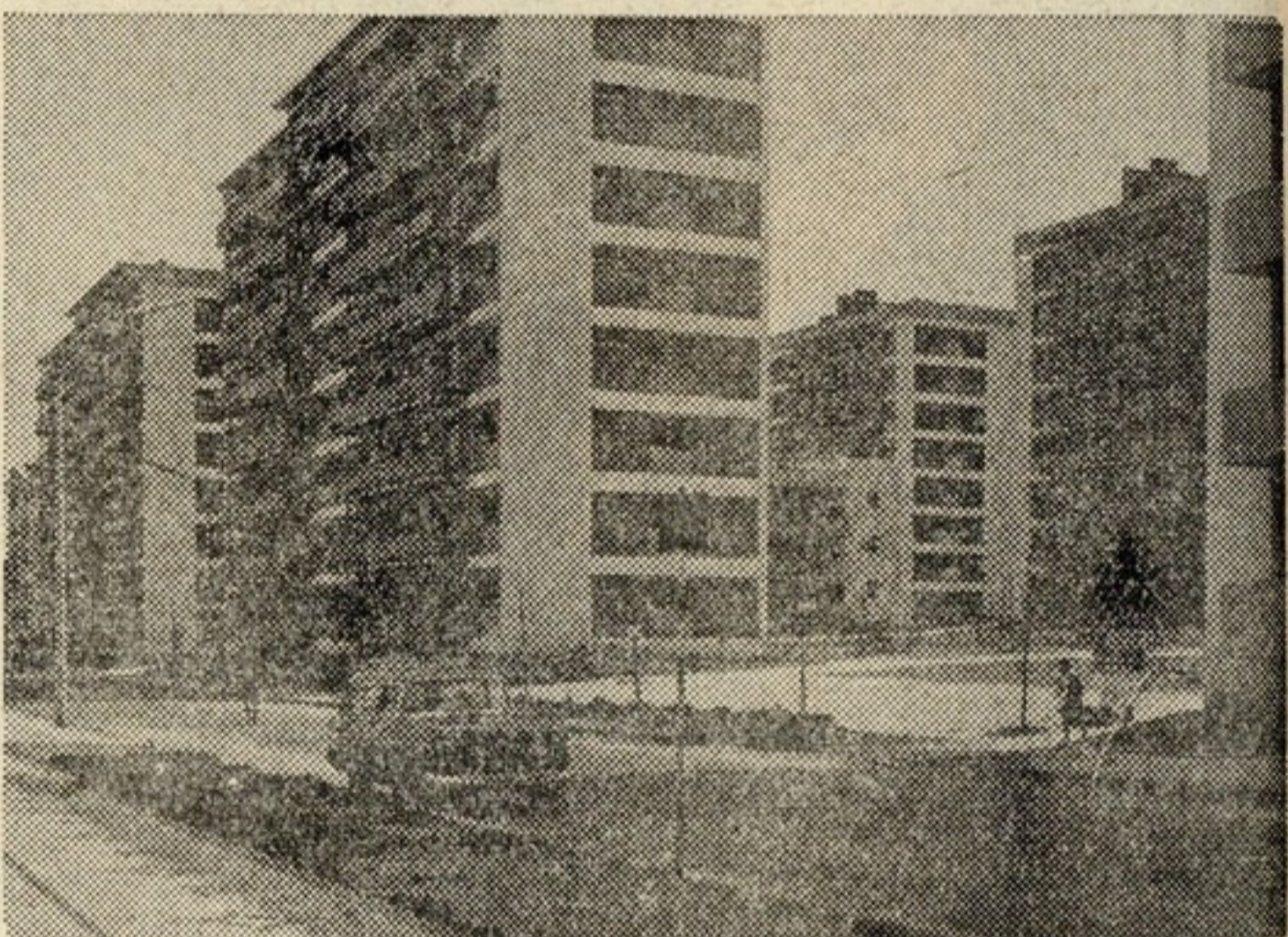
Nos termos da Portaria n.º 21 060, da mesma data da anterior, cabe ao Instituto: operar a reconversão profissional dos trabalhadores quando as circunstâncias o justificarem, tendo em conta a vontade dos interessados e as suas possibilidades de reclassificação; promover a valorização profissional dos trabalhadores indiferenciados ou pouco qualificados; colaborar com as empresas na formação do seu pessoal.

O programa de formação profissional do Ministério das Corporações e Previdência Social para o triénio de 1965-67, incluído no Plano Intercalar de Fomento a realizar pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, através da Divisão de F. P., do I. F. P. A. e do C. N. F. M., é o seguinte:

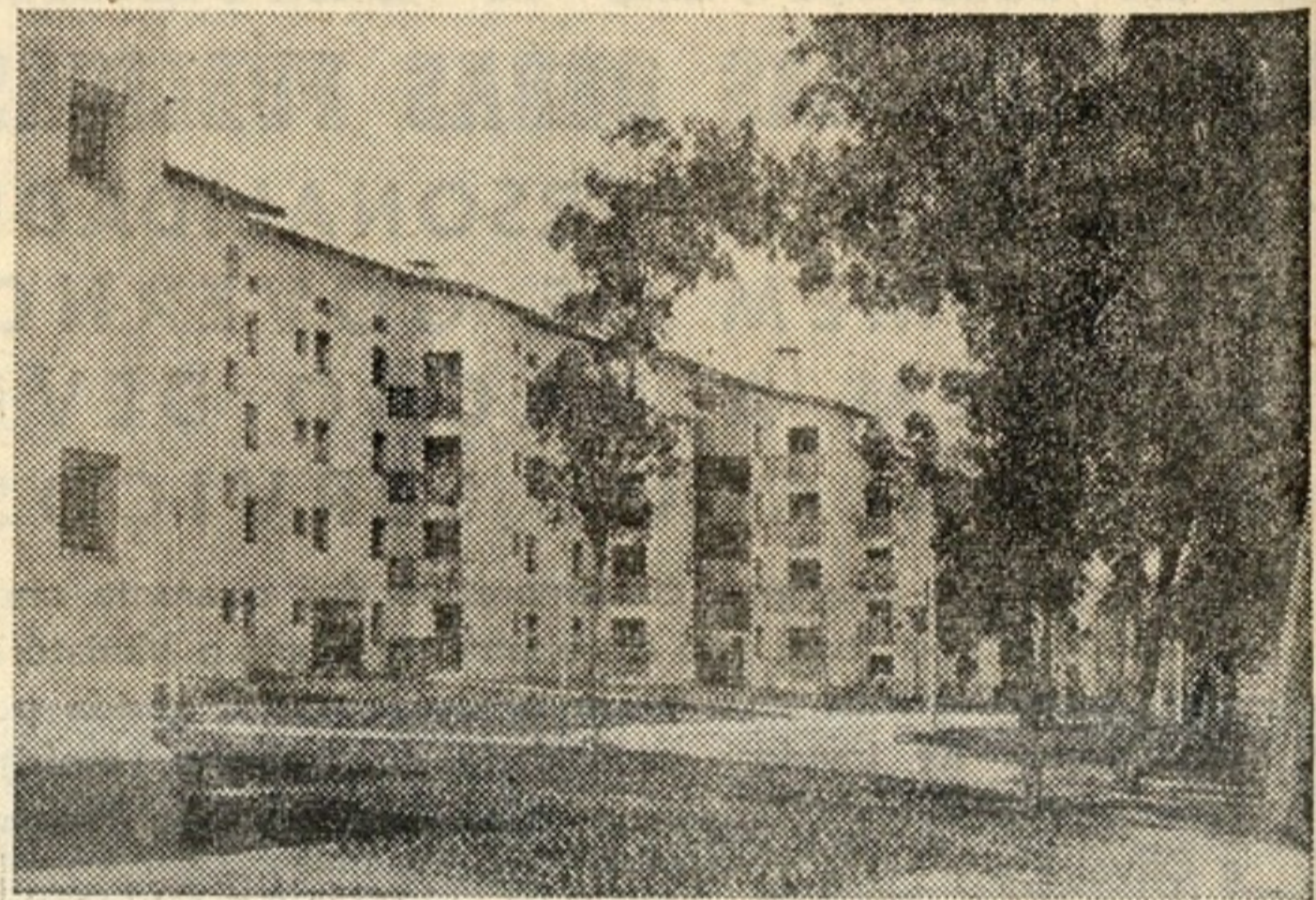
- Formação profissional acelerada — Instalação de 3 centros com capacidade anual de qualificação para 1500 operários. Investimento, 63 300 contos.
  - Aprendizagem e pré-aprendizagem — Instalação de 30 centros de uma secção ou 30 secções. Investimento, 60 000 contos.
  - Aperfeiçoamento e reciclagem — Instalação de 30 centros de uma secção ou 30 secções. Investimento, 37 500 contos.
  - Formação de monitores — Investimento, 4100 contos.
- Total, 164 900 contos.



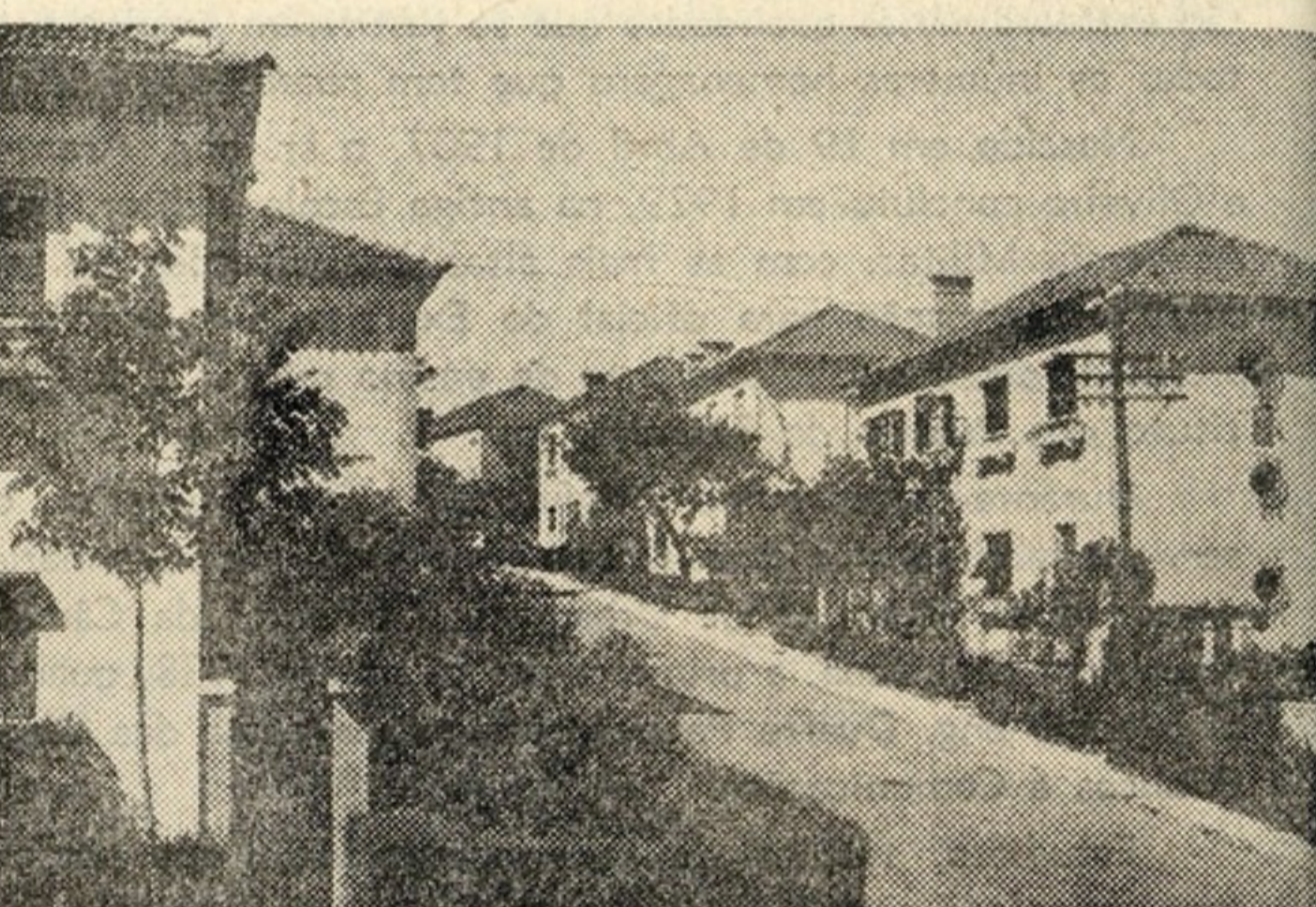
Tem uma excelente situação e é um grande aglomerado de bonitas habitações o bairro de casas económicas de Santa Cruz-Benfica



Também em Coimbra se nota este magnífico conjunto de casas de renda económica



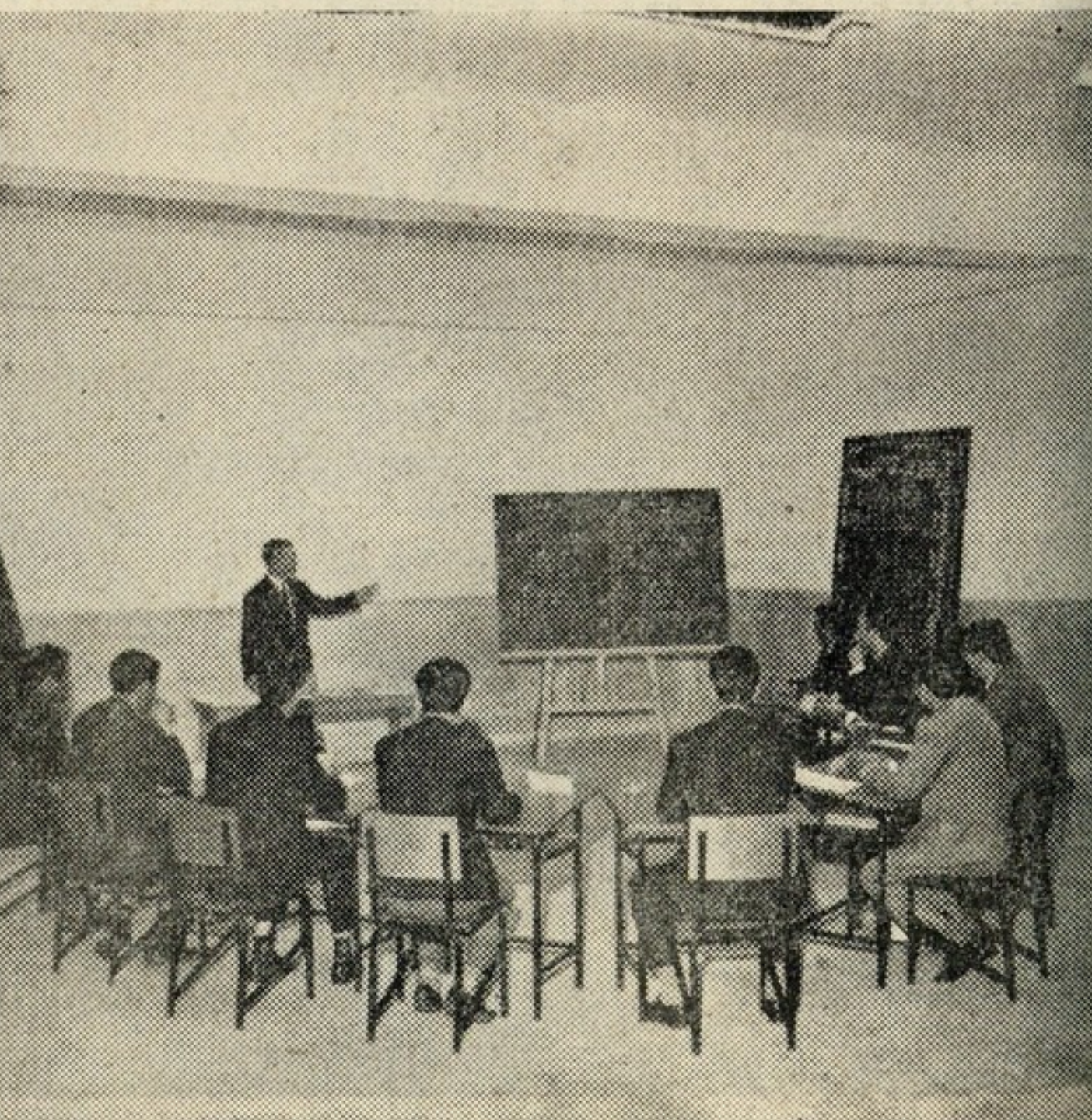
Outro agrupamento de casas de renda económica: — o do Lavradio, Barreiro



O bairro de casas económicas da Madre de Deus, em Lisboa, é um conjunto magnífico



A oficina de fresagem do Centro n.º 1 do Instituto de Formação Profissional Acelerada, em Xabregas, é uma afirmação do interesse do Ministério das Corporações pela vida profissional



Uma aula do Curso de Formação de Monitores



### O MINISTRO DAS CORPORações E PREVIDÊNCIA SOCIAL SR. PROF. GONÇALVES DE PROENÇA TEM CONTINUADO UMA OBRA SOCIAL

Testemunhando altas qualidades e o firme propósito de prestigiar todos os serviços do seu Ministério e tornar cada vez mais importante a sua actividade, exerce as funções de titular da pasta das Corporações o sr. prof. José João Gonçalves de Proença.

Inteligente e culto, com elevado espirito social, toda a sua acção tem sido animada por um forte poder de vontade e de compreensão, devendo-se-lhe, assim, um labor constante em benefício das classes trabalhadoras e da dignificação das Corporações.

Licenciado e doutorado em Direito, pela Universidade de Coimbra, onde, após a licenciatura, exerceu as funções de segundo-assistente da Faculdade, passou, depois, a reger, na Universidade Técnica de Lisboa, a cadeira de Noções Fundamentais de Direito e Estudo Corporativo das Instituições de Direito Civil e, ainda, os cursos de Direito Corporativo e Direito Internacional Privado.

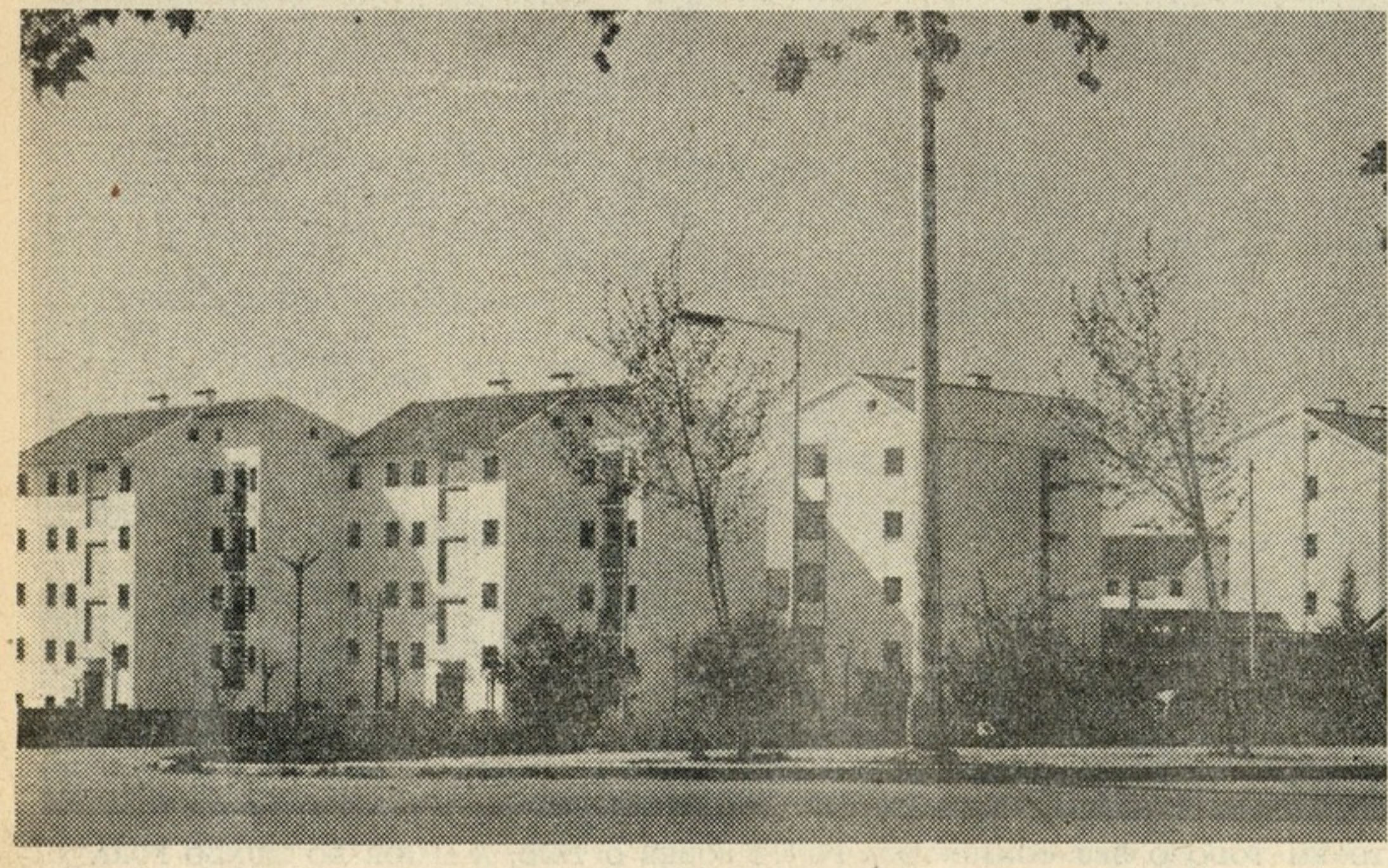
Frequentou, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, alguns cursos da sua especialidade, em Universidades da Alemanha Ocidental e da Itália, e foi, quando estudante, já demonstrando grande capacidade de trabalho e ponderação, vice-presidente da Associação Académica de Coimbra, director do Centro Universitário da M. P. e membro da comissão executiva das bodas de ouro do C. A. D. C.

Foi importante a sua intervenção no II Congresso da M. P., celebrado em 1956, na sua qualidade de relator nacional para os problemas universitários, e, do mesmo modo, de grande mérito, a sua acção como elemento da comissão executiva dos Campeonatos Universitários daquela organização escolar e, ainda, como secretário de uma das secções do III Congresso da União Nacional, em Coimbra.

À margem da sua carreira como professor, o sr. dr. Gonçalves de Proença exerceu com brilho a advocacia e ocupou, entre outros, os cargos de director do Instituto de Formação Social, desde a sua fundação; membro da Comissão de Reforma Fiscal e do Gabinete de Estudos e Documentação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e de vogal do Conselho Superior de Previdência.

Encarregado de várias missões no estrangeiro, visitou, em 1958, as escolas de formação social da Espanha, e, no ano seguinte, as organizações similares francesas.

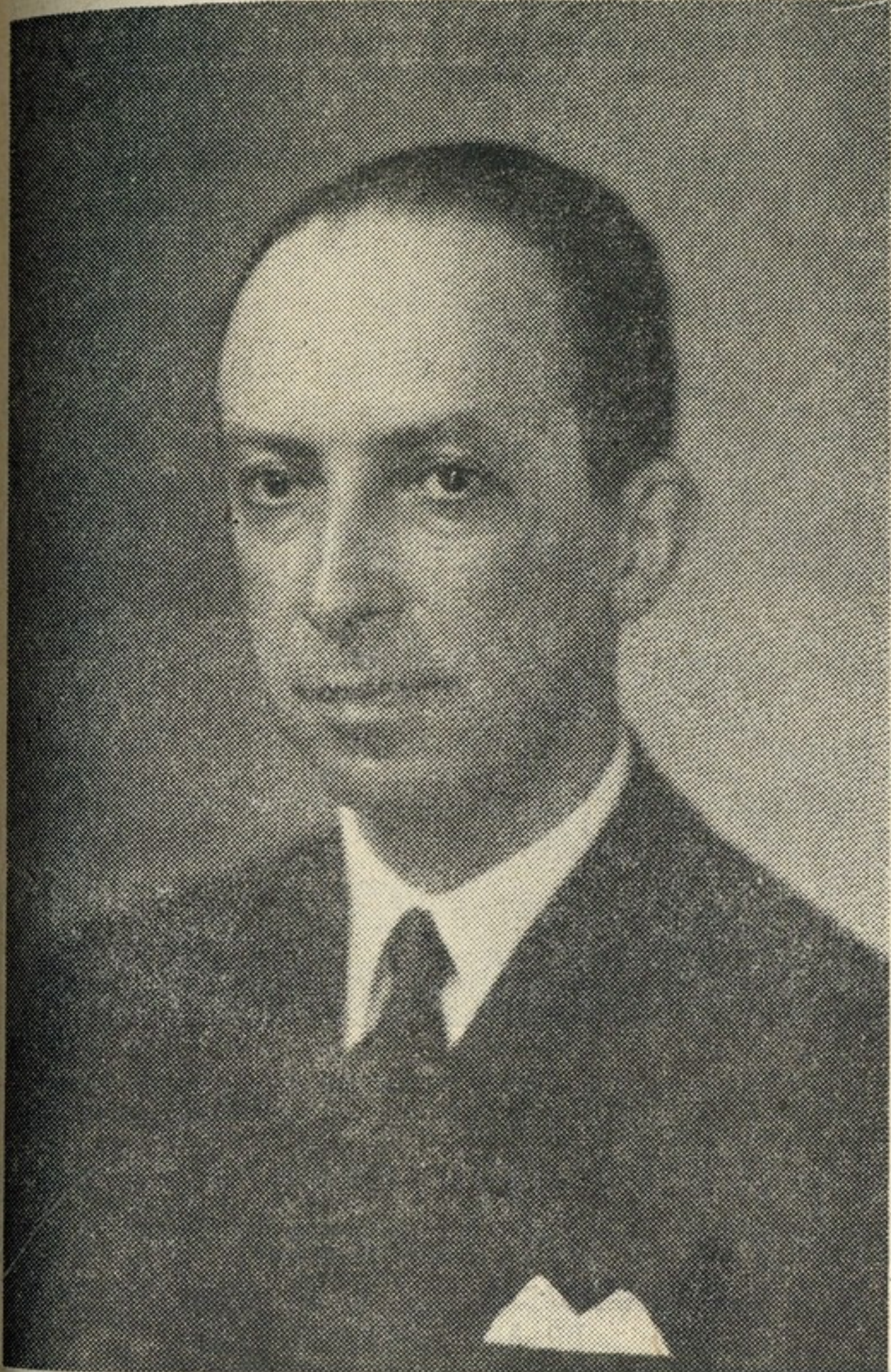
Desde 1961 que ocupa, com relevo, a pasta das Corporações e Previdência Social.



Por todo o País avultam casas de renda económica, que são um reflexo da actividade social do Ministério das Corporações. Eis um agrupamento de habitações em Elvas

# QUARENTA ANOS DA VIDA NACIONAL

## A EXPANSÃO DO PORTO DE LISBOA NA MARGEM ESQUERDA DO RIO VAI SER LARGAMENTE FAVORECIDA PELA EXISTÊNCIA DA PONTE SOBRE O TEJO



**O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES SR. ENG. CARLOS RIBEIRO TEM TIDO NO EXERCÍCIO DAS SUAS FUNÇÕES UM LABOR EM TUDO RELEVANTE**

Como homem do Governo e como engenheiro, o sr. eng. Carlos Gomes da Silva Ribeiro, que, presentemente, ocupa as funções de ministro das Comunicações, tem-se sempre afirmado como um espírito de trabalho e de iniciativa, virtudes a que alia a sua inteligência e o seu saber.

Nascido em 21 de Março de 1907, na freguesia de Bemposta, concelho de Oliveira de Azeméis, matriculou-se em 1925 na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde, em 1931, se licenciou em Ciências Matemáticas e dois anos depois em Engenharia Electrotécnica.

Ainda estudante de engenharia desempenhou as funções de assistente de Matemáticas, de 1930 a 1933.

Concluída a licenciatura em engenharia, frequentou, na Alemanha, durante dois anos, um curso especializado sobre telecomunicações.

Após o seu regresso a Portugal, ingressou no quadro técnico dos C. T. T., ascendendo, em 1937, ao alto cargo de administrador-adjunto, funções que desempenhou até 14 de Agosto de 1958, data em que passou a sobraçar a pasta das Comunicações.

Já nessa altura o sr. eng. Carlos Ribeiro tinha, numa homenagem aos seus grandes méritos e aos seus vinte anos de trabalho nos C. T. T., sido agraciado com a medalha de ouro desses serviços.

Como técnico de telecomunicações participou em várias conferências internacionais, nomeadamente nos Estados Unidos, na Argentina e ainda em diversos países europeus. Durante cinco anos representou o País na União Internacional de Telecomunicações, a cujo conselho de administração pertenceu.

Em 1948 foi nomeado administrador, por parte do Estado, da Hidroeléctrica do Zêzere.

Como ministro das Comunicações faz parte da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes e participou nas reuniões da Haia, Paris e Viena.

Tem acompanhado e orientado o desenvolvimento, com notável brilho, da rede nacional de telecomunicações nos últimos vinte e cinco anos, e é autor de vários e importantes trabalhos da sua especialidade.

### DESENVOLVIMENTO FUTURO

A inauguração da ponte sobre o Tejo abre novas perspectivas à expansão do porto de Lisboa, na margem esquerda do rio, onde se situam consideráveis reservas para o desenvolvimento do porto comercial e industrial.

Entretanto, torna-se necessário valorizar a margem direita, onde são mais favoráveis as condições naturais, pela conclusão de obras importantes na zona de Xabregas-Poço do Bispo (chamada 3.ª secção) e na que fica compreendida entre o Terreiro do Paço e Santos (1.ª secção), que é especialmente importante sob o ponto de vista urbanístico.

A construção de uma nova instalação marítima na zona da Junqueira, a renovação e aumento do apetrechamento portuário terrestre e flutuante, a construção de instalações especializadas (para frutas, líquidos a granel, carvões, pedra mármore, etc.), bem como a melhoria das praias na orla do estuário sob sua jurisdição — constituem o principal programa de trabalhos da Administração-Geral do Porto de Lisboa no actual Plano Intercalar de Fomento, bem como no próximo III Plano de Fomento.

O porto de Lisboa, dadas as suas excelentes condições naturais de amplitude, de segurança e de acesso, admitindo a entrada dos maiores navios existentes, figura entre os melhores portos da Europa e é, pela sua situação geográfica, porto de escala nas comunicações com a África e com a América do Sul e do Norte, assim como porto de armamento de importantes empresas nacionais de navegação.

A administração do porto é exercida pela Administração-Geral do Porto de Lisboa, organismo dependente do Ministério das Comunicações e dotado de autonomia administrativa.

A zona de exploração comercial localiza-se na margem Norte do rio e desenvolve-se ao longo de 14 quilómetros de cais acostáveis, compreendendo entrepostos e terraços livres, todos possuindo instalações de armazenagem e apetrechamento. Os entrepostos são recintos vedados onde as mercadorias de origem estrangeira ou ultramarina se encontram em regime livre, só pagando direitos aduaneiros quando passam para outro regime. De entre os entrepostos existentes destaca-se, pela sua maior capacidade de armazenagem, o de Alcântara-Norte, destinado, principalmente, a mercadorias provenientes das províncias ultramarinas.

Distinguem-se, também, nesta zona: em Pedrouços, a doca de pesca e respectivas instalações terrestres, há pouco inauguradas; em Alcântara, a maior doca do porto e o estaleiro naval, com cinco docas secas e duas carreiras de construção; e, no Poço do Bispo, silos para armazenagem de cereais e cimento.

A movimentação de passageiros das carreiras de longo curso é efectuada através de duas estações marítimas, Alcântara e Rocha do Conde de Óbidos; existem, também, várias estações fluviais para o serviço do intenso tráfego de passageiros e de veículos entre margens.

Na zona industrial sobressaem, na margem Norte, as instalações petrolíferas pertencentes a empresas particulares, com uma capacidade de armazenagem de 400 000 metros cúbicos, e a refinaria, onde são tratados anualmente 1 650 000 toneladas de petróleo bruto. Para a movimentação dos produtos petrolíferos existe uma rede de numerosos oleodutos estabelecendo a ligação entre as diferentes instalações e uma ponte-cais, recentemente construída e equipada para o fim em vista, que per-

mite a acostagem de 4 navios de grande tonelagem.

Na margem Sul destacam-se: as instalações de armazenagem de produtos petrolíferos, na Banática e em Porto Brandão; a base naval e arsenal, subordinados ao Ministério da Marinha, no Alfeite; o grande complexo industrial da Companhia União Fabril, no Barreiro, com instalação portuária privativa; e, na região do Seixal, a Siderurgia Nacional, que se destina, de início, à produção anual de 200 000 toneladas de aço, encontrando-se, no entanto, a fábrica planeada por forma a permitir a ampliação para um milhão de toneladas por ano. As instalações siderúrgicas dispõem de um cais acostável e respectivo equipamento, por onde são recebidas a quase totalidade das matérias-primas e se expedirá a maioria dos laminados.

As principais características comerciais do porto de Lisboa são:

— Área descoberta, 2 000 000 metros quadrados; — Área para armazenagem, 100 000 metros quadrados; — Vias férreas privadas, 60 quilómetros; — Cais acostáveis com fundos variáveis entre (-7,00 m) e (-10,00 m), 14 quilómetros; — Taludes empeditados para regularização de margens, 13,5 quilómetros; — Docas de abrigo com uma área molhada de 430 000 metros quadrados, com fundos variáveis entre (-3,00 m) e (-9,00 m), 9; — Docas secas para reparação de navios, 7; — Planos inclinados, 2; — Carreiras de construção, 3.

Presentemente encontra-se em construção (na margem Sul, junto da Margueira) o estaleiro da Lisnave, cuja primeira fase dos trabalhos atingirá cerca de 800 mil contos, na qual estão incluídas duas docas secas para construção e reparação de navios até 200 000 toneladas, capacidade que ainda será aumentada na segunda fase.

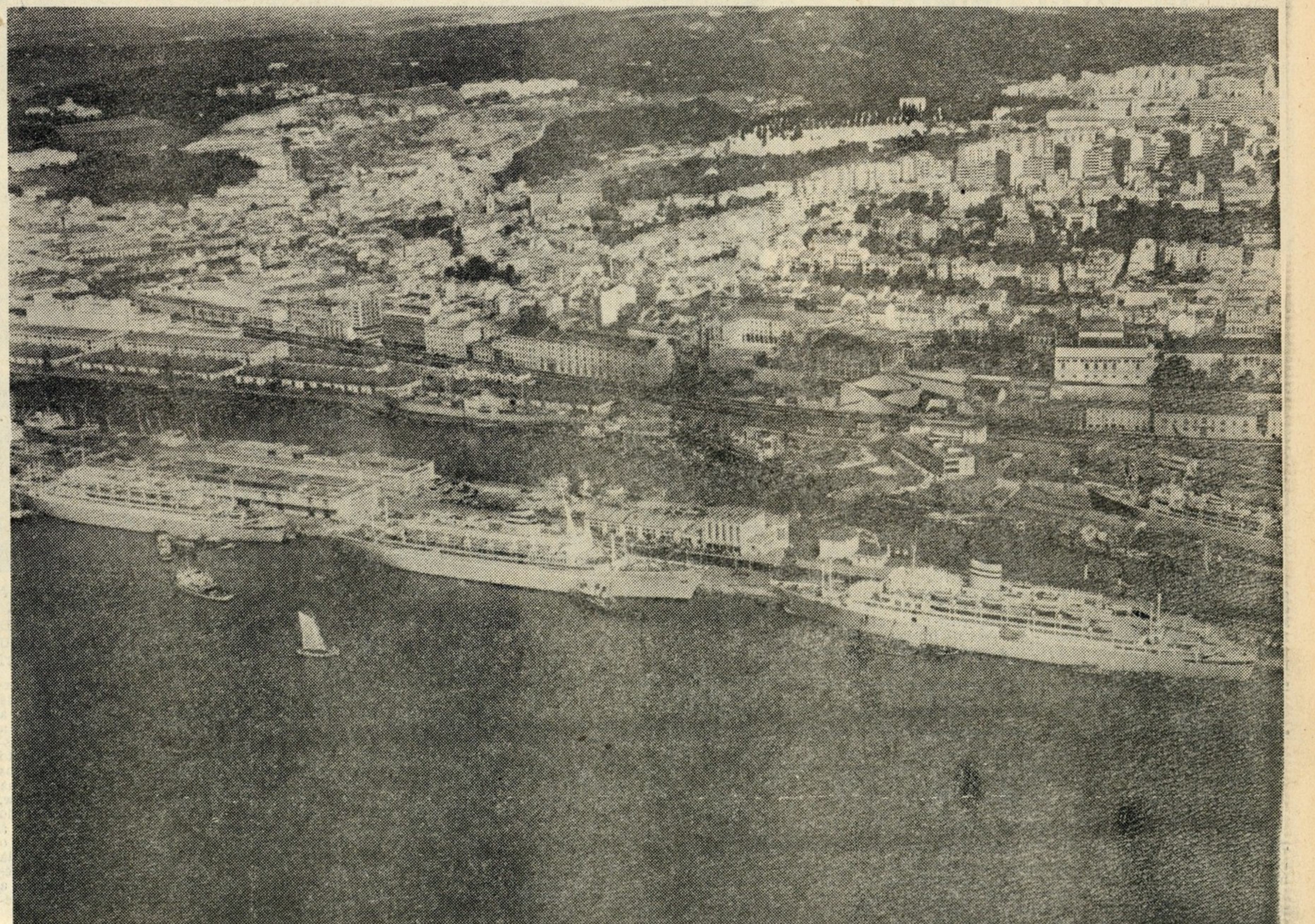
Ao longo dos cais acostáveis estão distribuídos 84 guindastes de pórtico, sobre vias férreas com força elevatória variando entre 1500 e 12 000 quilos. Existem também guindastes automáticos, cuja força vai até 30 toneladas, empilhadores de garfo, tractores de grande força, atrelados, etc.

Entre o material naval figuram três rebocadores de grande potência, equipados com material de salvamento e de extinção de incêndios; diversos rebocadores e vedetas para serviços fluviais; uma cabrea com a força elevatória de 100 toneladas; um guindaste flutuante com a capacidade de elevação de 60 toneladas; um aspirador de cereais; diversas dragas e uma frota de batelões de vários tipos; finalmente, seis cilindros impulsores para refutuação de navios afundados, já empregados eficientemente, em alguns salvamentos.

Movimento do porto em 1965: 7787 navios, correspondendo a 22 357 000 toneladas; mercadorias, 7 134 000 toneladas; passageiros de longo curso 357 000; — Tráfego fluvial — cerca de 22 milhões de passageiros, e quase 2 milhões de veículos.



A extrema fotogenia do cais, no momento da aportagem de um navio, está bem expressa nesta imagem sugestiva



VISTA AÉREA DA ESTAÇÃO MARÍTIMA DA ROCHA CONDE DE ÓBIDOS E DAS MOVIMENTADAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS QUE LHE ESTÃO ADSTRITAS